

# PROGRAMA DE GOVERNO DA CIDADE DE LISBOA

2017-2021



**LISBOA  
PRECISA DE  
TODOS**



PS



LIVRE



“

“Lisboa mudou. Está hoje mais forte, mais competitiva, mais coesa. Uma cidade moderna, aberta, cosmopolita e tolerante. Capaz de a todos oferecer a sua oportunidade.

Sabemos bem que há desafios antigos que ainda não foram resolvidos. E novos desafios que precisam de novas respostas. Não há cidades sem problemas e não há novas soluções sem diversos pontos de vista e sem o contributo de todos.

Queremos aproveitar o momento único que vivemos para tornar Lisboa uma das melhores cidades do mundo para se viver. Isto significa uma cidade mais capaz de dar a todos, das atuais e das futuras gerações, mais oportunidades para realizarem os seus sonhos e desenvolverem os seus potenciais. Uma cidade aberta, capaz de estar à altura da sua história milenar, como espaço de futuro para todas as mulheres e homens que aqui residem, trabalham e nos visitam.

**Lisboa precisa de todos.**

*Francisco Guterres*

”





# Índice

- 6** **BALANÇO DE MANDATO**
- 18** **A VISÃO**
- 24** **EIXO I - MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E O AMBIENTE**
  - Habitação para todos
  - Cidade planeada e reabilitada
  - Mobilidade acessível, ao alcance de todos
  - Cidade sustentável, resiliente e amiga do ambiente
  - Mais e melhor espaço público
  - Cidade segura
- 54** **EIXO II - COMBATER EXCLUSÕES, DEFENDER DIREITOS**
  - Afirmar direitos, reforçar a cidadania
  - Mais escolaridade, mais qualificações, melhores escolas
  - Promoção do desporto e da atividade física
  - Melhor saúde e qualidade de vida
- 74** **EIXO III - DAR FORÇA À ECONOMIA**
  - Mais serviços qualificados, mais empregos
  - Mais empreendedores, mais atitude empreendedora
  - Fomentar o talento
  - Cidade inteligente
  - Apostar no comércio de proximidade
  - Turismo sustentável
- 94** **EIXO IV - AFIRMAR LISBOA COMO CIDADE GLOBAL**
  - Capital europeia
  - Cidade de cultura e abertura
  - Cidade criativa
  - Capital atlântica
  - Cidade do património
- 112** **EIXO V - GOVERNAÇÃO ABERTA, PARTICIPADA E DESCENTRALIZADA**
  - Liderar pelo exemplo
  - Transparência e prestação de contas
  - Eficácia, eficiência e profissionalismo
  - Reforma administrativa e descentralização
  - Participação cidadã





## BALANÇO DE MANDATO

Há 4 anos o país e a cidade enfrentavam uma recessão sem precedentes. Uma recessão que deixava nas margens da exclusão pelo desemprego quase 1 em cada 5 dos nossos concidadãos, que já tinha reduzido 7% a nossa riqueza e que todos os dias ia fragilizando os recursos críticos da modernização.

Pior que tudo, vivíamos um tempo de desesperança, que consumia as energias do país e forçava os mais jovens a emigrar.

Candidatámo-nos em 2013 contra este estado de coisas e os lisboetas deram-nos a sua confiança com uma missão clara: fazer em Lisboa uma política em contraciclo com o país, puxando pelas energias da cidade para a recuperação e o progresso.

Foi isto que levamos à prática. Uma política organizada em torno de cinco eixos - uma Lisboa mais próxima, empreendedora, inclusiva, sustentável e global - que no espaço de um mandato foi capaz de dinamizar a economia e o investimento, promover a solidariedade e os direitos sociais, afirmar um novo modelo de desenvolvimento sustentável e melhorar as contas da cidade. E que conseguiu mobilizar a cidade, os cidadãos, as empresas, a universidade, os agentes culturais, toda a Rede Social para enfrentar e vencer a crise.

### **Quatro anos depois podemos dizer, olhos nos olhos dos lisboetas: cumprimos.**

Cumprimos quando mantivemos os impostos em baixo, quando reduzimos a dívida da cidade e quando começamos a pagar a prazo aos fornecedores.

Cumprimos quando apostamos na reabilitação urbana, quando devolvemos às pessoas praças, avenidas e locais emblemáticos ou quando abrimos hectares de novos espaços verdes.

Cumprimos quando tomamos conta da Carris, quando baixamos os tarifários e por causa disso só em 3 meses mais 300.000 idosos puderam ter acesso ao transporte público.

Cumprimos quando avançamos com o Plano de Drenagem para proteger a cidade das cheias e quando protegemos a cidade melhorando a capacidade dos nossos bombeiros e sistema de proteção civil.

Cumprimos quando apoiamos a economia inovadora da cidade, os serviços que se exportam, o turismo, os jovens empreendedores que daqui se lançam para o mundo.

Cumprimos quando apoiamos a economia de proximidade, investindo nos mercados tradicionais, das comunidades locais, dos BIP-ZIP, aquela economia tantas vezes de subsistência que assegura emprego e salário a tantos.

Cumprimos quando damos prioridade à habitação, investindo na recuperação dos bairros municipais, na construção de novas casas de habitação social e no lançamento de uma nova política de habitação para as classes médias.

Cumprimos quando melhoramos os serviços municipais, da higiene urbana à manutenção geral da cidade.

Cumprimos quando investimos na cultura, nas bibliotecas, nas várias formas de expressão artística e quando fizemos da cultura um pilar de um projeto de desenvolvimento para a cidade.

Cumprimos quando afirmamos bem alto os direitos sociais, quando dinamizamos a Rede Social de Lisboa e a Rede de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, quando investimos na habitação social, no apoio aos sem abrigo, na renovação da rede de escolas públicas.

Cumprimos quando damos força à participação cidadã, em especial através de uma nova dinâmica na Assembleia Municipal.

Cumprimos quando concretizámos a Reforma Administrativa da Cidade, quando abrimos uma nova geração de delegações de competências nas freguesias e quando conseguimos recuperar do Estado para Cidade ambições antigas como a Carris ou a fiscalização do trânsito.

Cumprimos quando afirmamos Lisboa como uma cidade moderna, aberta, cosmopolita e tolerante, capaz de acolher todos e de a todos oferecer a sua oportunidade.

Quatro anos depois, fruto de uma visão estratégica e de determinação política na sua execução, Lisboa mudou muito e para melhor.

Lisboa está hoje mais forte, mais competitiva, mais sustentável, mais coesa, mais aberta ao mundo.

**Lisboa está hoje mais preparada para enfrentar e vencer os desafios do futuro.**





## Contas em ordem

Levamos a sério a melhoria da situação financeira da cidade. Terminámos o mandato com as melhores contas de que há registo, com menos passivo, menos dívida e mais investimento. E fizemos isto mantendo a menor carga fiscal de todos os Municípios da área metropolitana. Neste mandato:

- O passivo total baixou 291M€ e a dívida legal reduziu em 83M€.
- Lisboa paga a prazo a todos os seus fornecedores, tendo reduzido o prazo médio de pagamento de 59 para 2 dias.
- A taxa de IMI mantém-se em 0,3%, a mais baixa possível admissível.
- Dos 5% do IRS que são receita do Município, Lisboa devolve metade (2,5%) a cada lisboeta, a maior taxa de devolução da Área Metropolitana de Lisboa.
- As taxas de resíduos e saneamento, obrigatórias por lei, são as quintas mais baixas da AML.
- A Câmara isenta a Derrama para todas as empresas com volumes de negócio inferiores a 150.000 €. Como estímulo ao comércio local, no caso da restauração e pequeno comércio, incluindo farmácias, essa isenção sobe para volumes de negócio até 1M€. E finalmente, existe ainda a isenção, por 3 anos, para as empresas que se instalem em Lisboa e criem emprego.
- A política fiscal traduziu-se num benefício de mais de 350 milhões de euros para os lisboetas, o que equivale a uma média de 1.440 € por família.
- Todas as empresas municipais com contas equilibradas e dívida reduzida.

**-83M€**  
de dívida legal

passivo total **-291M€**

## Cidade reabilitada e recuperada

Durante décadas o centro histórico de Lisboa foi uma zona desertificada e insegura, dominada por edifícios abandonados e degradados. Os últimos quatro anos marcaram uma dinâmica sem precedentes na reabilitação urbana, que trouxe uma nova vida à identidade de Lisboa. Para isto contribuíram importantes incentivos à reabilitação como a clarificação e simplificação das regras urbanísticas e dos procedimentos, a redução das taxas urbanísticas e do IVA, a isenção do IMI e do IMT, o investimento municipal na qualificação do espaço público, os programas R9 e Reabilita Primeiro e Paga Depois e a Área de Reabilitação Urbana que abrange 70% da cidade. Esta estratégia teve os seguintes resultados:

- O investimento em construção e reabilitação subiu todos os anos de 106 M€ em 2013 para 522 M€ em 2017 (estimativa), num total de 1.450 M€ no mandato.
- 84% deste valor (95% dos processos) teve como destino a reabilitação de edifícios e não a construção nova.
- Entre 2012 e 2016, 545 edifícios deixaram de estar classificados como “mau” e “péssimo” estado de conservação, e o parque edificado foi objeto de um investimento estimado em obras de conservação ou reabilitação no valor de 875 milhões de euros.

Ao mesmo tempo, foram recuperados e devolvidos à cidade espaços emblemáticos que fazem parte do património histórico, cultural e afetivo da Cidade como:

- Museu do Aljube, Terraços do Carmo, Jardim da Cerca da Graça, Capitólio, Pavilhão Carlos Lopes, Claustros da Graça, Escola Maria Barroso (antigo Tribunal da Boa-Hora), Escola Convento do Desagravo e Palácio das Galveias.
- E tiveram início as intervenções de recuperação do Palácio da Ajuda, da Estação Sul e Sueste, fim da Ala poente do Terreiro do Paço e Teatro Variedades.

**1.450M€**  
investidos em  
construção e  
reabilitação



## Uma nova casa para a Feira Popular

Iniciámos a concretização de uma grande ambição dos lisboetas: o regresso da Feira Popular. Foi escolhido o local, procedeu-se à aquisição dos terrenos, realizaram-se os estudos e projetos e teve início a construção. A nova casa da Feira Popular vai ser um moderno e grande parque verde, com cerca de 20ha, e será um espaço de referência internacional a nível dos parques urbanos.



## Governança mais próxima

Lisboa foi palco do maior processo de descentralização administrativa desde 1976. A Reforma Administrativa de Lisboa transferiu para as Juntas de Freguesia competências, meios e recursos que permitiram servir melhor todos na cidade de Lisboa:

- Foram mais de 700 equipamentos transferidos (postos de limpeza, mercados, equipamentos escolares e desportivos, parques infantis, entre outros).
- 1.270 trabalhadores.
- Cerca de 300 milhões de euros de reforço orçamental das Juntas de Freguesia.

Ao mesmo tempo, deu-se início a uma nova geração de delegações de competências, centradas na qualificação do espaço público e das infraestruturas. A democracia local na cidade foi valorizada por esse processo de descentralização, bem como pelos orçamentos participativos, pelas reuniões descentralizadas e pelo papel deliberativo e fiscalizador permanente da Assembleia Municipal.



**1.270**  
trabalhadores



## Cidade mais limpa, cuidada e segura

Uma das grandes prioridades do Município de Lisboa, durante os últimos anos, tem sido o investimento em serviços públicos de qualidade e mais próximos de todos os cidadãos, tendo sido feito um forte investimento na capacitação e evolução tecnológica dos serviços de higiene urbana, na segurança e sustentabilidade da cidade:

- Mais 250 trabalhadores e 100 viaturas novas na higiene urbana.
- Introdução de novo sistema de recolha nos bairros históricos e criação de sistema de contentorização enterrada de suporte.
- Criação das Brigadas LX dedicadas à pequena manutenção com 170 trabalhadores em permanência.
- Nova aplicação móvel “Na Minha Rua” para registo de ocorrências na cidade.
- Reforço de efetivos, viaturas e equipamentos no Regimento de Sapadores de Bombeiros, Proteção Civil e Polícia Municipal com mais 268 Polícias Municipais e 50 Bombeiros; 46 novas viaturas no RSB, 209 na Polícia Municipal, e outras 9 viaturas na Proteção Civil.
- Plano de Pavimentação que abrangeu mais de 300 arruamentos, cerca de 92,7 km, num investimento de 17,8 M€.
- Início da execução do Plano Geral de Drenagem com substituição de coletores nas novas obras e abertura de concurso para a construção de túneis, no maior investimento municipal de sempre (185M€) na prevenção das cheias.



# 17,8M€

Plano Pavimentação

## Espaço público qualificado e acessível

A qualificação do espaço público e a melhoria da acessibilidade pedonal, com passeios mais largos e seguros estão a mudar a forma como a cidade é vivida e foram uma marca deste mandato. Destacamos as seguintes intervenções:

- Requalificação da frente ribeirinha, Cais do Sodré, Largo do Corpo Santo, ruas do Arsenal e Alfândega e Campo das Cebolas.
- Requalificação da 24 de Julho, Largo de Santos, Largo da Graça, Praça de Campolide e Rossio de Palma. E em curso as praças: Memória, Calvário, Alcântara, Fonte Nova, Linha de Torres, Santa Isabel, Santa Clara, Palmira Bastos, Centieira e Largo do Leão.
- Requalificação do Eixo Central – Av. República, Saldanha, Picoas, Fontes Pereira de Melo.
- Mais de mais 2.500 passadeiras foram rebaixadas, foram instalados pisos de transição e instalados pavimentos adaptados com piso confortável, na continuação do Plano de Acessibilidade Pedonal.
- Foi criado o Plano de Acessibilidade Suave e Assistida à Colina do Castelo. Durante o mandato concluíram-se 2 percursos e 3 estão em execução.







## Lisboa mais inclusiva e sustentável

A qualidade de vida de uma cidade joga-se muito nos níveis de coesão social e sustentabilidade ambiental. Neste mandato, fizemos desta área uma das nossas prioridades:

- Executámos o maior programa de investimento em habitação pública das últimas décadas, num total de 66 milhões de euros.
- Estamos a requalificar 21 Bairros Municipais, casas nos Bairros Municipais e casas no centro da cidade, adaptando-as quando necessário ao envelhecimento das pessoas e a pessoas com deficiência.
- Entregámos mais de 1.200 casas ao longo do mandato.
- Estamos a construir 1.000 novas casas municipais nos bairros Padre Cruz e Boavista e demos início ao processo de construção de 120 no novo Bairro da Cruz Vermelha.
- Fechámos processos que há mais de quatro décadas aguardavam resolução, como a regularização definitiva dos processos dos Bairros de autoconstrução da PRODAC Norte e SUL e do Bairro Fonsecas e Calçada, do programa SAAL, e iniciámos a regularização do Bairro S. João de Brito.

- Lançámos o novo e ambicioso Programa Renda Acessível - LisboaPRAtodos, tendo em vista a oferta de milhares de casas para a classe média com rendas médias entre €200 e €400 euros.
- 64.000 crianças transportadas através do Programa Alfacinhas.
- 50% refeições confeccionadas localmente.
- 9.000 crianças com refeições gratuitas nas escolas.
- Redução para quase metade das pessoas sem abrigo e criação de cacifos solidários.
- Regresso das Olisípiadas com mais de 24.000 participantes nas 3 edições.
- 12.000 crianças participaram no programa Natação Curricular.
- Mais de 500.000 horas de programas desportivos municipais por ano.
- Criação de mais 90 hectares de novas áreas verdes e mais 12 hectares de espaços verdes requalificados, destacando a Cerca da Graça como exemplo emblemático.
- Mais 30.000 árvores plantadas.
- 750 hortas urbanas e 13 hectares plantados pelos lisboetas.
- A Casa dos Animais, requalificada, permitiu a adoção de mais de 1.500 animais e o controlo de mais de 550 colónias.

## Melhores equipamentos públicos

Durante este mandato, Lisboa continuou a investir nos seus equipamentos desportivos, culturais, escolas, creches e equipamentos de saúde da rede primária, recuperando-os para os lisboetas.

- O Programa Escola Nova com intervenções de modernização em 27 escolas, num investimento de 34,8M€, abrangendo cerca de 5.900 crianças.
- O Programa B.a.bá pôs 17 novas creches a funcionar e permitiu o aumento de 20% das vagas.
- A requalificação de diversas infraestruturas desportivas e reabilitação das piscinas do Areeiro, Campo Grande e Olivais, abrangendo mais de 30.000 utentes.
- A reformulação do Museu da Cidade para Museu de Lisboa com 5 núcleos dispersos pela cidade: Palácio Pimenta, Museu Antoniano (requalificado), Torreão Poente, Teatro Romano e o Núcleo Arqueológico da Casa dos Bicos. Estes últimos dois espaços são novos equipamentos.
- O Museu Judaico (em desenvolvimento), a nova Biblioteca Municipal de Marvila, a requalificação das bibliotecas municipais dos Coruchéus, da Penha de França, de Belém e a recuperação total da Biblioteca Central, localizada no Palácio Galveias.
- A celebração de acordo com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e o Município de Lisboa, para a construção e requalificação de 14 Equipamentos de Cuidados de Saúde Primários até 2020 - Parque das Nações, Beato, Marvila, Areeiro, Arroios, Campo de Ourique, Alcântara, Ajuda, Restelo, Fonte Nova, Alto dos Moinhos, Alta de Lisboa, Telheiras e São Vicente- abrangendo mais de 305.000 utentes.
- A celebração de acordo para a construção de um novo edifício e a requalificação das atuais instalações do Instituto Português de Oncologia (IPO), bem como nova venda de terrenos para o futuro Hospital Oriental de Lisboa.

requalificação  
**21 bairros**





## Melhores transportes

Apostamos na melhoria dos transportes públicos através da municipalização da Carris, na melhoria da acessibilidade pedonal e ciclável, bem como no aumento de lugares de estacionamento.

- 60% desconto para maiores de 65 anos e gratuidade para crianças até aos 12 anos.
- Implementação das primeiras cinco Carreiras de Bairro (Parque das Nações, Marvila, Santa Clara e Olivais).
- Abertura de concurso para a aquisição de 180 novos autocarros e execução do programa de recrutamento de 220 motoristas.
- Duplicação da rede ciclável numa ótica de rede de mobilidade, articulada com a rede de transportes e com os principais equipamentos locais.
- Implementação em curso do sistema de bicicletas partilhadas com 140 estações e 1.410 bicicletas.
- Em execução 4.000 novos lugares de estacionamento, em parte em parques dissuasores.



## Lisboa global, empreendedora e com uma economia mais forte

Lisboa sente-se confiante como capital global e aberta ao mundo. A inovação, o investimento qualificado e o empreendedorismo são hoje marcas da cidade. Ao mesmo tempo, o comércio local tem sido valorizado e dinamizado.

- As 18.800 empresas criadas, 36% nos setores de conhecimento intensivo.
- Os 5.700 empregos criados em Incubadoras e Aceleradoras.
- Os mais de 80.000 empregos na cidade de Lisboa e 6.300 M€ de proveitos relacionados com a atividade turística.
- A escolha de Lisboa para sede da Web Summit e do Hub Digital da Mercedes Benz.
- O início da implementação do projeto do Hub Criativo do Beato, o maior espaço de empreendedorismo e inovação a nível internacional com 30.000 metros quadrados que permitirá criar 3.000 empregos altamente qualificados.
- O trabalho realizado de valorização do comércio local como fonte de riqueza e identidade, nomeadamente:
- A recuperação dos Mercados de Lisboa (com nova marca, imagem, formação de 1.125 comerciantes e mais de 6 M€ investidos na requalificação)
- O programa Lojas com História onde já foram distinguidas mais de 82 lojas e criado um fundo municipal de 250.000 €.
- Lisboa ocupa atualmente o oitavo lugar no ranking europeu da ICCA, tendo estado sempre no top ten europeu ao longo deste mandato. Para isto contribuiu a atração da cidade para grandes eventos como: Rock in Rio, a Volvo Ocean Race, a Tall Ships Race, a Moda Lisboa ou as Maratonas que se realizam regularmente.



# A Visão

Esta é a hora de Lisboa. É a hora em que a nossa cidade tem consciência de que as oportunidades de hoje são muitas, novas, irrepetíveis. E é com elas que temos de construir um amanhã de todos, com todos e para todos. Por isso, dizemos: Lisboa precisa de todos.

Hoje somos uma cidade viva, otimista, irrequieta, ambiciosa, desejada, com uma capacidade única de fazer história. Fazer história quer dizer dar ao passado um futuro que se firma num presente assumido por todos como nosso.

A hora em que o mundo nos reconhece, nos procura e nos distingue tem de ser também a hora para fazermos de Lisboa uma cidade da qual ninguém se sintia excluído.

O orgulho e a ambição que nesta hora privilegiada temos não nos torna menos lúcidos ou facilitistas. Torna-nos mais exigentes e perseverantes na resposta aos desafios e na procura das soluções.

Não há cidades sem problemas para resolver. E não há boas soluções sem a participação dos cidadãos e sem o contributo de diferentes pontos de vista.

A cidade com que sonhamos precisa de estratégia, dinamismo, mobilização, debate, sinergias. Precisa de rumo, equilíbrio, cooperação, complementaridade, solidariedade. Precisa que gastemos a nossa energia a encontrar soluções para os problemas reais e não a inventar querelas estereis, artificiais e demagógicas que dividem, que desiludem, que afastam as pessoas da política e da vida da cidade. Queremos mobilizar os lisboetas para construirmos, juntos, a cidade de todos.

Para ser tudo o que pode ser, Lisboa precisa dos residentes e dos visitantes, da juventude e da experiência, dos artesãos e dos artistas, do fado e do kuduro, dos criativos e dos conservadores, dos trabalhadores e dos empresários, dos motoristas e dos passageiros, dos satisfeitos e dos críticos, dos senhorios e dos inquilinos, dos digitais e dos analógicos, das startups e do comércio tradicional, dos madrugadores e dos noctívagos, dos desportistas e

dos sedentários, das famílias tradicionais e das novas famílias, dos realistas e dos sonhadores. Por isso, não nos cansamos de dizer: Nesta hora, mais do que nunca, Lisboa precisa de todos.

Enfrentamos estas eleições, e o mandato que legitimam, com confiança. A confiança de quem cumpriu o que prometeu e propõe o que vai cumprir. A confiança de quem assume a ambição e a responsabilidade de procurar sempre novas metas para levar Lisboa mais longe. A confiança de quem tem a humildade perante os velhos desafios ainda não vencidos e a ousadia perante os novos desafios já surgidos. A confiança de quem trabalha por Lisboa e para os lisboetas. A confiança de quem olha a cidade como um presente com passado e futuro. Sabemos ser isso que torna forte a nossa identidade, sustentável a nossa ambição, realizável o nosso sonho. E é isso que renova a nossa energia para pensar e fazer a cidade todos os dias.

**Temos uma visão e uma ambição claras: aproveitar o momento único que vivemos para tornar Lisboa uma das melhores cidades do mundo para se viver. Isto significa uma cidade mais capaz de dar a todos, das atuais e futuras gerações, mais oportunidades para realizarem os seus sonhos e desenvolverem os seus potenciais. Uma cidade aberta, capaz de estar à altura da sua história milenar, como espaço de futuro para todas as mulheres e homens que aqui residem, trabalham e nos visitam.**

É uma visão da cidade fundada em valores éticos, políticos, sociais, económicos, culturais e ambientais. Esses valores são os da democracia local participativa, da responsabilidade perante os cidadãos, do desenvolvimento económico sustentável, da coesão social e da justiça distributiva, da humanização e dignificação das condições de vida, da responsabilidade ambiental, do cosmopolitismo e da contemporaneidade cultural, da transparência e da prestação permanente de contas.

É também uma visão de cidade inseparável de um sentimento de cidade. Uma cidade é um lugar de memória, partilha, afeto, convívio, troca, concorrência, criatividade. É um lugar de identidade e de diversidade. É um lugar de tempos e espaços vários. É um lugar de pessoas e de patrimónios. É um lugar de histórias e de história. É um lugar de permanências e mudanças, de preservações e transformações. É a cidade física e a cidade humana. É a cidade triste e alegre. É a nossa cidade e a cidade dos outros, que ainda a tornam mais nossa. É o que vemos hoje e o que viram os que a cantaram, narraram, pintaram, desenharam, fotografaram, filmaram, dançaram, representaram. É o rio que nos leva ao mar e ao mundo. É a luz que a torna mais Lisboa - nítida, real e visível. São as freguesias,







os bairros, os becos, as ruas, as praças, as colinas, os miradouros. Como disse Fernando Pessoa, pela voz de Álvaro de Campos, é “Lisboa e Tejo e tudo”.

A concretização desta visão para Lisboa impõe uma agenda que a torne numa cidade globalmente mais sustentável, a nível ambiental, económico, social, financeiro e político. É da coesão entre estas diferentes esferas de ação que resulta uma cidade que gere bem os seus recursos, salvaguardando a sua identidade, aumentando a sua resiliência e melhorando o presente, sem pôr em causa as gerações futuras.

- **Uma cidade sustentável e de bem-estar**, que aposta na permanente melhoria do ambiente urbano e da qualidade de vida (Eixo I)
- **Uma cidade da cidadania para todos**, que combate exclusões, e defende direitos e promove o seu acesso universal (Eixo II)
- **Uma cidade da prosperidade partilhada**, que dá força à economia e ao emprego (Eixo III)
- **Uma cidade universalista e progressista**, que acolhe e desenvolve as múltiplas vertentes da cultura e se afirma como cidade global (Eixo IV)
- **Uma cidade da participação e da democracia**, que pratica uma governação aberta, transparente, eficiente e descentralizada (Eixo V)

Assumimos por inteiro os vários compromissos internacionais subscritos pelo país ou pela cidade, como os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030**, as **decisões do Acordo de Paris** relativo às alterações climáticas, a **Nova Agenda Urbana para o século XXI da ONU**, o **Pacto dos Autarcas** e as metas acordadas na União Europeia.

Assumimos assim um compromisso claro com as gerações futuras: a descarbonização da mobilidade nos próximos 33 anos. Em 2050 não deverão circular carros a combustão no centro das cidades e Lisboa deverá acompanhar o desafio global das Nações Unidas para as Cidades Sustentáveis. É nas cidades que a humanidade vencerá ou perderá a batalha das alterações climáticas.

Assumimos o **compromisso com a inclusão e a igualdade**. Lisboa é hoje uma cidade mais reabilitada, mais vibrante e mais atrativa, mas enfrenta riscos de exclusões a que temos de dar resposta. Quer os decorrentes do desejável progresso de qualificação da nossa economia, mas também os que resultam das pressões globais dos mercados. A cidade precisa de reforçar os mecanismos que lhe permitam ser um espaço para todos, defendendo-se dos efeitos desregulados e disruptivos das transformações urbanas em curso. Por razões de dignidade humana, de justiça social mas também pela sustentabilidade do nosso desenvolvimento. Da nossa visão de cidade

faz parte uma **estratégia que engloba todos os direitos sociais**, da habitação à saúde, da educação à cultura, do desenvolvimento social ao desporto, da inclusão social à defesa dos direitos das minorias, em articulação com o desenvolvimento económico, o emprego, a inovação e o conhecimento. O **binómio direitos sociais/economia e emprego** é a chave de uma cidade mais sustentável, mais resiliente e mais coesa.

Assumimos o compromisso com o emprego e o reforço da base económica da cidade. A nossa capacidade de prosperar e continuar a criar emprego é a maior garantia de uma sociedade coesa e inclusiva. Continuaremos a promover e a apoiar os projetos que criam emprego digno e sustentável. Privilegiaremos a aposta na inovação, na criatividade, na cultura, na ciência, na tecnologia, em Lisboa como cidade universitária. Queremos que Lisboa seja um lugar que produz, atrai e retenha talento, investindo no conhecimento, fundamento da economia do futuro, no acolhimento, no intercâmbio.

Assumimos o compromisso com a tolerância, diversidade e abertura ao Mundo. A Europa e o Mundo enfrentam hoje **riscos** de natureza política, económica, humanitária e ambiental de amplitude e gravidade, impensáveis há algumas décadas atrás. A emergência do nacionalismo e dos mais variados tipos de intolerância - religiosa, étnica ou outra - faz perigar as bases da paz e da prosperidade nas nossas sociedades. Lisboa juntará a sua voz à das principais cidades mundiais na defesa intransigente dos valores da abertura, da tolerância, da diversidade e de um mundo mais seguro.

Assumimos o compromisso com a cidadania e a participação. Recusamos uma atitude dirigista, queremos potenciar a energia da cidade, promovendo e valorizando a iniciativa de pessoas e grupos, em todos os domínios da vida comunitária. Estimularemos o **trabalho em rede**, incentivando e aproveitando a vitalidade social e cultural bem visível nas associações, coletividades e empresas locais, quer através da participação em redes nacionais e internacionais que deem mais força a Lisboa. O próximo mandato autárquico será marcado por um novo ciclo de mudanças profundas nas relações entre o poder central e o poder local que não vamos desperdiçar. **A agenda da descentralização** é uma oportunidade histórica para Lisboa.

Propomos para uma Lisboa 2017-2021 uma agenda ambiciosa, mas realista e realizável. Abrangente, mas seletiva e focada. Determinada e com liderança, mas não dirigista. Acima de tudo: uma agenda capaz de prosseguir Lisboa como futuro.



## MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E O AMBIENTE

- Habitação para todos
- Cidade planeada e reabilitada
- Mobilidade acessível, ao alcance de todos
- Cidade sustentável, resiliente e amiga do ambiente
- Mais e melhor espaço público
- Cidade segura



# 5 EIXOS PARA A CIDADE DE LISBOA

## V GOVERNAÇÃO ABERTA, PARTICIPADA E DESCENTRALIZADA



- Liderar pelo exemplo
- Transparência e prestação de contas
- Eficácia, Eficiência e profissionalismo
- Reforma administrativa e descentralização
- Participação cidadã

## COMBATER EXCLUSÕES, DEFENDER DIREITOS

- Afirmar direitos, reforçar a cidadania
- Mais escolaridade, mais qualificações, melhores escolas
- Promoção do desporto e da atividade física
- Melhor saúde e qualidade de vida



## III DAR FORÇA À ECONOMIA



- Mais serviços qualificados, mais empregos
- Mais empreendedores, mais atitude empreendedora
- Fomentar o talento
- Cidade inteligente
- Apostar no comércio de proximidade
- Turismo sustentável

## IV AFIRMAR LISBOA COMO CIDADE GLOBAL

- Capital europeia
- Cidade de cultura e abertura
- Cidade criativa
- Capital atlântica
- Cidade do património





# EIXO I

MELHORAR A  
QUALIDADE DE VIDA  
E O AMBIENTE





# HABITAÇÃO PARA TODOS



O direito à habitação é um direito essencial de todos os cidadãos. Queremos que Lisboa seja cada vez mais uma cidade para todos, o que implica garantir habitação acessível a toda a população, atraindo novos habitantes para a cidade. Esta é uma das principais prioridades do próximo mandato.

Propomos a implementação urgente da **redução da tributação em sede de IRS para 10% nos contratos de arrendamento habitacional de duração superior a 10 anos**, como meio para garantir o aumento da oferta de arrendamento no mercado e a consequente diminuição do valor das rendas.

Iremos também dar continuidade ao maior programa de habitação pública na cidade de Lisboa das últimas décadas, através do **Programa de Renda Acessível**, disponibilizando **mais de 6.000 casas a preços acessíveis**.

Pretendemos dar corpo a uma **nova geração de políticas públicas em defesa do direito à Habitação e à Cidade**, desenvolvendo um conjunto de medidas e incentivos para o aluguer de longa duração e para a promoção de rendas acessíveis, pugnando pela coesão territorial, com participação, proximidade e transparência.





## Medidas:

1. Defender junto do Governo e da Assembleia da República a **redução da tributação em sede de IRS para 10% nos contratos de arrendamento habitacional de duração superior a 10 anos**, privilegiando a estabilidade habitacional em prejuízo da atual precariedade nos contratos habitacionais, bem como a flexibilização das regras de redução do IMI para o mesmo fim.
2. Assegurar a oferta de **mais de 6.000 casas a preços acessíveis para famílias de classe média**. As casas terão rendas médias entre €200 e €400 (para um T0 ou T4 respetivamente), estarão acessíveis em vários locais da cidade e disporão das várias funções complementares necessárias, como creches ou transportes. O Programa de Renda Acessível representa um investimento total de cerca de 1.000 milhões de euros em projetos, obras e terrenos, mobilizando cerca de 350 milhões de euros de recursos do Município.
3. Promover a **cooperação com entidades institucionais** com património imobiliário significativo (Segurança Social, a Santa Casa da Misericórdia ou o Estado), tendo em vista a disponibilização de habitação a rendas acessíveis por parte das mesmas.
4. Tornar obrigatória a **afetação ao programa de renda acessível de 25% dos fogos novos em operações urbanísticas de iniciativa privada de dimensão superior a 20 fogos**. Os imóveis poderão ser adquiridos pelo Município ou manter-se na propriedade privada com reserva de uso pelo Município. Poderão ainda ser construídos em terreno municipal ou por recurso a créditos de construção.
5. Defender um **regime de IVA, IRC, IRS e IMI** especialmente favorável para proprietários de imóveis afetos a arrendamento habitacional acessível a famílias de classe média.
6. Recurso estratégico ao **direito de preferência municipal** nas transações imobiliárias, definindo-se áreas de incidência prioritária deste mecanismo.
7. Acelerar a execução do programa “**Reabilita primeiro, Paga depois**” para operações destinadas a arrendamento de longa duração de valor acessível, em particular nos bairros históricos.

8. Prosseguir a maior operação de reabilitação nos bairros municipais dos últimos 30 anos, o Programa de Requalificação Profunda e Integrada dos Bairros Municipais – “Aqui Há mais Bairro”, com realização de obras de reabilitação necessárias, qualificação dos espaços e equipamentos públicos e melhoria das soluções de mobilidade.
9. Prosseguir a construção de 1.000 casas nos Bairros Padre Cruz e Boavista e iniciar a reconstrução dos 120 fogos do Bairro da Cruz Vermelha, cuidando assim da qualidade de vida de todos aqueles que vivem em habitações municipais.
10. Prosseguir a regularização cadastral e urbanística dos Bairros Ex-SAAL e das AUGI, em Lisboa, em estreito diálogo com os moradores e a administração central.
11. Prosseguir a operação “**Casas para quem precisa**”, através da verificação sistemática da ocupação dos fogos municipais, combatendo situações abusivas e requalificando e atribuindo as habitações disponíveis de forma célere, e do **prémio aos inquilinos cumpridores** que devolvam frações sem danos, além do desgaste normal.
12. Intensificar a participação de Lisboa na **Agenda Urbana da União Europeia** para a habitação, que definirá o quadro europeu de regulação e financiamento 2021/2028.
13. Prosseguir os projetos e programas de desenvolvimento local através de: I) **revisão da Carta dos BIP-ZIP** (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária), mantendo-a como instrumento estratégico de Desenvolvimento Local e avaliando os seus resultados; II) lançamento do **Programa BIP-ZIP 2.0 - Inter BIP's**, com vista à expansão e potenciação da energia social desenvolvida pelas centenas de entidades e projetos de bairro das edições já realizadas deste Programa; III) generalização da **metodologia participativa e colaborativa dos GABIP** (Gabinetes de Apoio a BIP-ZIP) como modelo de co-decisão e co-governança; IV) **REDE DLBC** - Associação de Desenvolvimento Local de Base Comunitária; V) **incentivo à instalação nos Bairros Municipais de comércio, empresas e espaços de trabalho**, partilhados para moradores em autoemprego e para pessoas de fora do território, desde que criem algum emprego local.





14. Reforçar o diálogo com as Associações de Moradores, nomeadamente através da Federação das Associações de Moradores da Área Metropolitana de Lisboa, e reforçar as medidas de apoio específico às mesmas.
15. Apoiar a elaboração da Lei de Bases da Habitação e o lançamento do Programa Nacional de Realojamento.
16. Propor a alteração do enquadramento legal de alojamento local, tendo em vista possibilitar aos Municípios a limitação das autorizações concedidas para zonas específicas, através do estabelecimento de quotas, que assegurem o equilíbrio entre a habitação permanente e o uso turístico.
17. Promover e apoiar centros de arbitragem para conflitos de arrendamento e seguros para incumprimento de contratos de arrendamento, como iniciativas de melhoria da confiança entre arrendatários e proprietários.
18. Manter e aperfeiçoar a aplicação do Subsídio Municipal de Arrendamento para apoiar famílias com casa arrendada e que sofram perda de rendimento involuntária devido a desemprego, doença incapacitante ou morte.
19. Criar uma “via verde” para a alteração de uso comercial ou outro para residencial, de lojas, escritórios, casas de função, espaços comuns de condomínio, etc., que possuam as condições necessárias para serem adaptadas para habitação permanente, com vista a aumentar a oferta de habitação a custos controlados, para venda ou arrendamento.
20. Rever os incentivos e benefícios fiscais à reabilitação urbana e ao imobiliário, no sentido de reforçar o papel regulador do Município no mercado habitacional e incentivar o arrendamento de longa duração.
21. Negociar a transferência para a propriedade e gestão municipal dos bairros ainda detidos pelo IHRU e pela Segurança Social, definindo para cada um programa estratégico, tendo em vista a melhoria das condições de habitabilidade.
22. Incentivar o movimento cooperativo para arrendamento.
23. Aprofundar o diálogo com as autarquias vizinhas na resposta integrada às questões de habitação.
24. Propor a revisão da Lei das Finanças Locais no sentido de aumentar a capacidade de investimento dos Municípios na habitação, alinhando com as tendências europeias.





# CIDADE PLANEADA E REABILITADA



Lisboa deve reforçar a sua aposta num planeamento urbanístico de qualidade renovando a estratégia do último mandato. Assim, afigura-se relevante a **revisão dos instrumentos de planeamento** relacionados com os mais diversos serviços públicos e sociais da cidade, adaptando-os a uma nova realidade. A **política de reabilitação** passa, nesta nova fase, por estender o processo de **reabilitação a toda a cidade**, através de programas destinados à reabilitação pontual de imóveis devolutos ou a necessitarem de obras de reabilitação profunda e pela intervenção em

áreas onde persistem bolsas de intervenção prioritária, através da operação de reabilitação sistemática, reforçando o direito à habitação. A **reabilitação que contribua para a oferta da habitação**, mantendo os inquilinos ou que garantam arrendamento acessível de longa duração, terá apoios do Município. Continuaremos a **desmaterialização dos processos administrativos** com vista à **otimização dos prazos** de licenciamento para dinamizar a reabilitação da cidade.





## Medidas:



1. Avaliar e rever, com metodologias participativas, o Plano Diretor Municipal, a delimitação da ARU e das ARUs, a Carta Educativa com os correspondentes territórios dos seus agrupamentos escolares, a Carta dos Equipamentos de Saúde, tendo em conta a reconfiguração da rede hospitalar e a densificação da rede de cuidados de saúde primários e continuados, e a Carta dos BIP-ZIP de Lisboa.
2. Caracterizar do ponto de vista do uso atual, potencial urbanístico e valor patrimonial todos os edifícios devolutos, em ruína ou a necessitarem de obras de reabilitação e estabelecer o tipo de intervenção a desenvolver – conservação, reabilitação, ampliação, demolição com ou sem reconstrução.
3. Apoiar a reabilitação por pequenos proprietários que mantenham os seus inquilinos ou que façam arrendamento de longa duração com rendas acessíveis.
4. Organizar programas em que o Município estabelece acordos ou se substitui aos senhorios na reabilitação de imóveis, ressarcindo-se do investimento através das rendas cobradas ao abrigo da lei.
5. Organizar com o IHRU: I) programas de financiamento para a reabilitação de imóveis, com vista ao reforço da resistência aos sismos, aumento da eficiência energética, e instalação de elevadores e outros meios mecânicos que proporcionem a acessibilidade a todos; II) uma linha de crédito específica para o apoio à reabilitação das partes comuns de edifícios em propriedade horizontal e à organização de condomínios.
6. Intervir, no que toca à reabilitação sistemática, em áreas específicas da cidade que, por razões sociais, de degeneração do edificado, de isolamento, da falta de infraestruturas, ou ambientais, constituam zonas urbanas isoladas ou segregadas, à margem do resto da cidade, nomeadamente: I) coroa Norte de Lisboa na Freguesia de Sta. Clara que vai da Alameda das Linhas de Torres às Galinheiras para a qual já foi aprovada a ORU de Stª Clara; II) ARU do Vale de Chelas onde se insere a Vila Dias; III) ARUs da Rua das Barracas e de S. Lázaro para as quais estão em curso programas de renda acessível (PRA); IV) os Bairros da Liberdade, Bairro do Alvito Velho, a Rua dos Sete Moinhos e o Bairro da Bela Flor; VI) Bairro Portugal Novo na freguesia do Areeiro; VII) Bairro de Pedrouço Velho, Largo da Princesa, a parte Poente da Rua da Junqueira.

7. Levar à prática as disposições do Regulamento de infraestruturas em espaço público, promovendo a efetiva remoção de cabos em fachadas.
8. Organizar a logística das obras de reabilitação nas áreas consolidadas da cidade, constituindo entrepostos para distribuição de materiais e equipamentos e condicionar a circulação de veículos pesados de mercadorias no centro da cidade.
9. Retomar uma prática antiga da Câmara Municipal de Lisboa, repondo o depósito de materiais de valor provenientes de demolições, como cantarias, azulejos, guardas metálicas, carpintarias utilizáveis em obras de restauro e reabilitação.
10. Continuar a desmaterialização dos processos e promover a reorganização dos serviços de licenciamento urbanístico, com equipas vocacionadas para as diferentes naturezas das obras, tendo em vista reduzir a imprevisibilidade e os prazos de licenciamento e consequentemente os custos de contexto de quem investir na cidade.
11. Definir no início do mandato uma Estratégia de Gestão Sustentável do Património Imobiliário Municipal, numa perspetiva de médio e longo prazo, clara e transparente, compatível com os objetivos dos diversos instrumentos de planeamento e programação da atividade do Município.
12. Promover um amplo debate público sobre o novo Regulamento do Património Municipal, compatível com a estratégia de gestão sustentável, com a política de habitação e com as restantes políticas sociais para uma cidade mais coesa.
13. Garantir uma reserva municipal de solos e edifícios capaz de suportar a expansão das redes de equipamentos, espaço público e habitação acessível para o maior número.





# MOBILIDADE ACESSÍVEL, AO ALCANCE DE TODOS



A mobilidade é hoje um dos principais desafios das cidades modernas. Também o é para Lisboa. Para lhe dar resposta é preciso mudar de paradigma. Temos de inverter o caminho que, nas últimas décadas, tem vindo a ser seguido na Área Metropolitana de Lisboa e adequar a oferta de transporte público às zonas habitacionais e respetivos fluxos migratórios. Neste sentido, achamos importante fomentar soluções que permitam reduzir a dependência do veículo próprio, melhorando a qualidade de vida e a saúde dos lisboetas. Hoje, com a gestão de todos os transportes de superfície, do estacionamento, da Polícia Municipal, do planeamento da mobilidade, dos semáforos, das ciclovias e da futura rede de bicicletas

partilhadas, a CML deve liderar este movimento de vários parceiros (Governo, outros Municípios, empresas de transportes, entre outros) assumindo a sua responsabilidade. As medidas que apresentamos, alinhadas com o Pacto de Autarcas e com o desafio das Nações Unidas para as Cidades Sustentáveis, pretendem dar resposta aos problemas de quem entra todos os dias na cidade para trabalhar, através da **modernização da linha de Cascais** e da criação de **faixas dedicadas ao transporte público** nas principais vias de acesso a Lisboa e a quem circula internamente na cidade, **melhorando os transportes públicos de forma integrada**, numa ótica de sustentabilidade ambiental e de inclusão.





## Medidas:



**1.** Assegurar junto do Governo a **modernização urgente da linha de Cascais, com integração na linha de cintura em Alcântara**, reforço da capacidade até ao Oriente e desnivelamento da mesma entre Belém e Alcântara, assegurando uma eficaz resposta de transporte pesado no acesso à cidade e numa importante circular interna entre Alcântara e o Oriente.

**2.** Nas infraestruturas metropolitanas, assegurar igualmente junto do Governo a **melhoria da Linha de Sintra**, a criação de **faixas dedicadas ao transporte público nas principais vias de acesso a Lisboa** (nomeadamente A5), e uma adequada solução de transporte pesado a partir de Loures.

**3.** Aumentar a **velocidade comercial da Carris e do transporte público**, melhorando a sua eficácia e previsibilidade, nomeadamente através de: I) **implementação de corredores BUS de elevado desempenho**; II) **aumento do número de corredores BUS** e do reforço da sua **fiscalização**, III) **introdução de mecanismos de prioridade nas interceções semaforizadas**, IV) **controlo do estacionamento** na via pública; V) **intervenções necessárias na via pública tendentes à eliminação ou redução de “pontos negros”** na circulação do transporte público.

**4.** **Alargar a rede de elétricos da Carris**, nomeadamente, a Santa Apolónia e a Campolide, mas também por via da elaboração de um plano de médio/longo prazo, que inclua o Eixo Central da Alta de Lisboa e a reposição na Estrada de Benfica.

**5.** **Capacitar a Carris para prestar um serviço mais acessível, fiável, confortável e sustentável**, através da aquisição de **250 autocarros de baixas emissões** (investimento 60 M€), tendo como objetivo alcançar 2030 com uma frota essencialmente de baixas emissões e 2040 com uma frota de emissões zero. Contratação de **200 novos motoristas** durante os anos de 2017 e 2018, com vista à reposição e melhoria das condições operacionais.

**6.** Melhorar a **acessibilidade ao transporte público**, através de: I) **promoção das alterações tarifárias** já introduzidas como seja a gratuidade para crianças até 12 anos e desconto para cidadãos com mais de 65 anos; II) **redesenho de um tarifário intermodal**, que facilite o acesso da população metropolitana ao sistema de transportes integrado; III) **articulação com as autarquias vizinhas e da margem sul para a expansão do transporte fluvial**.

**7.** Desenvolver medidas inovadoras para a promoção da utilização do transporte público, como: I) **bilhética desmaterializada**, promovendo programas de fidelização que recompensem a preferência pelo transporte público e promovam a sua adoção por todo o agregado familiar; II) **a introdução de mecanismos de informação** que melhorem a previsibilidade e enviem notificações aos utilizadores e a

disponibilização de **wi-fi a bordo e nas paragens**; III) a implementação, em articulação com as Juntas de Freguesia, de **créditos de mobilidade**, que permitam o acesso a serviços de táxi coletivo e à rede de transportes públicos; IV) explorar soluções de **transporte a pedido**, nomeadamente no transporte escolar; V) **agregar no mesmo cartão o título de transporte público gratuito até aos 12 anos e o cartão de aluno das escolas básicas da cidade**; VI) reforçar o programa “Pela Cidade Fora”, para **capacitação das crianças** na aprendizagem de comportamentos sustentáveis em matéria de mobilidade e transportes, incluindo na utilização segura de bicicletas e outros velocípedes.

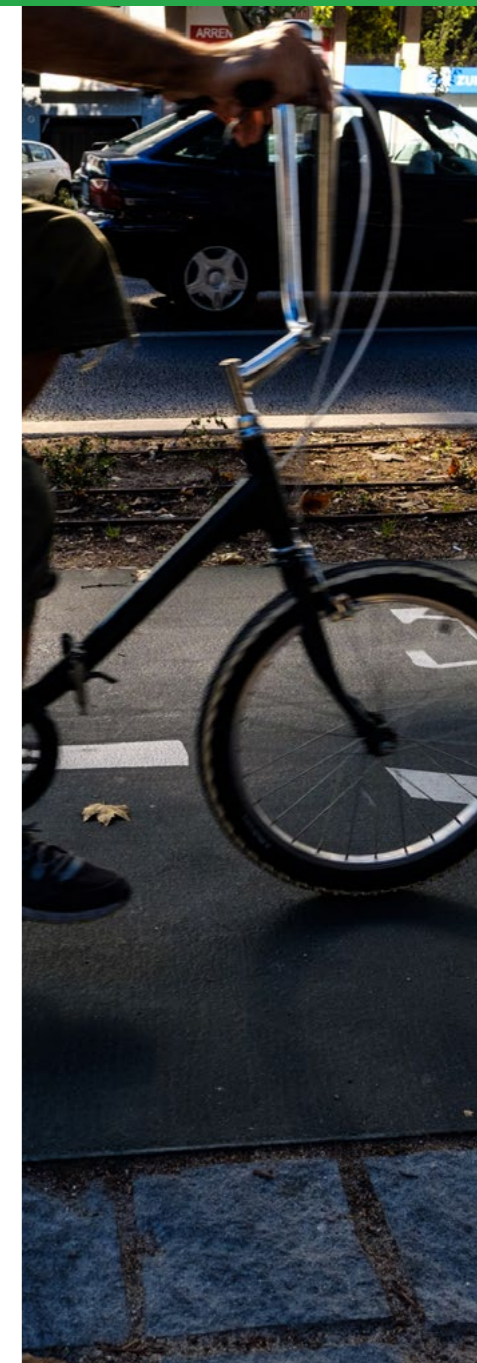
**8.** Assegurar junto do Governo a **concretização do plano de expansão do Metropolitano de Lisboa**, por via da concretização da linha circular, da expansão da linha vermelha para a zona ocidental, começando por Campolide e Campo de Ourique, da articulação das futuras expansões que incluam a melhoria da acessibilidade do Aeroporto Humberto Delgado a novas zonas da cidade, bem como da expansão futura da rede.

**9.** **Investir no trabalho conjunto com os restantes Municípios da AML**, no sentido de: I) definir um **plano de infraestruturas de transporte pesado** e assegurar a sua execução pelo Estado; II) assegurar a correta definição e operação das **linhas metropolitanas de transporte coletivo rodoviário**; III) a constituição do **Passe Único Intermodal** como instrumento agregador de todas as ofertas de mobilidade na AML.

**10.** Concretizar o **plano de reestruturação dos Interfaces**, com destaque para Sete Rios, Pontinha e Campo Grande, como pontos de reatamento da rede Metropolitana e concentradores de acesso à cidade em modos não dependentes do transporte individual.

**11.** Promover a **existência de comércio, equipamentos e serviços de proximidade**, com **acesso fácil e universal**. Será dada particular atenção à **acessibilidade a escolas** que abranjam as faixas etárias em que as crianças têm uma mobilidade dependente, nomeadamente **jardins de infância, pré-escolar e ensino básico**. Será criado um plano de ação para **reduzir, pelo menos em parte dos dias, a dependência do veículo próprio no acesso à escola** (soluções de pedibus, ciclobus, carpooling, transporte público, entre outras) e serão implementadas soluções viárias e serviços de apoio que permitam reduzir o tempo despendido pelos encarregados de educação na tomada e largada das crianças junto da escola.

**12.** Nas **redes de proximidade** continuarão a ser aplicadas as medidas do **plano de acessibilidade pedonal** da cidade de Lisboa, serão promovidas as **zonas de uso partilhado** e concluídas a construção dos meios suaves de acesso à Colina do Castelo - “Escadinhas da Mouraria”, “Elevador da Sé” e “Funicular da Graça”.







**13.** Continuar e reforçar a aposta na utilização da bicicleta nomeadamente através de: I) expansão da rede de ciclovias até totalizar pelo menos 200km até 2021; II) aumento da oferta de estacionamento para bicicletas na via pública ou em subterrâneos; III) conclusão da implementação da primeira fase do sistema de bicicletas partilhadas, com cerca de 140 estações servidas por 1.500 bicicletas, das quais 1.000 serão assistidas eletricamente, cuja expansão será avaliada em função da adesão, da taxa de utilização e da otimização do espaço público; IV) reforço de ferramentas digitais para escolha de percursos em bicicleta e outros modos ativos.

**14.** Assegurar a reformulação dos nós de acesso à CRIL (a partir da A1 e do IC19), bem como a circulação viária de acesso ao Aeroporto de Lisboa, libertando capacidade na 2ª circular como via de distribuição e concretizar um sistema viário de 5 circulares viárias internas à cidade (a partir da CRIL), claramente sinalizado e com fluidez do tráfego melhorada, tendo em vista reforçar alternativas eficazes ao centro histórico.

**15.** Articular com o Porto de Lisboa com vista à proteção do tráfego de veículos pesados no interior da Cidade, gerindo com a sua Administração o acesso aos terminais de carga e o funcionamento do novo terminal de cruzeiros de Lisboa.

**16.** Reforçar a coesão territorial do Município e a ligação à rede viária regional, através das seguintes intervenções: I) atravessar a coroa Norte, nas freguesias de Stª Clara e Lumiar, por uma nova avenida percorrida por transporte individual e transporte público que liga a Alameda das Linhas de Torres às Galinheiras e daqui ao Eixo Central da Alta de Lisboa; II) ligar as Olaias - Av. Marechal Costa Gomes à R. Gualdim Pais, tornando mais coesa a freguesia do Beato, evitando o isolamento de Bairros como a Qtª do Lavrado; III) completar as ligações de pontos Alta de Marvila à Zona Baixa do Beato ligando a R. João César Monteiro à Estrada de Marvila e desta à Rua do Açúcar e Infante D. Henrique; IV) nova Avenida da Av. das Nações Unidas, passando pela Estrada do Paço do Lumiar até ao Cemitério de Carnide, pela Az. dos Lameiros; V) completar o arruamento, parcialmente construído, ligando a Av. da Ilha da Madeira ao Largo da Memória.

**17.** Implementar medidas de promoção da segurança e sustentabilidade da mobilidade, através duma política de ruas seguras, que ambicionem zero mortes nas estradas de Lisboa, do aumento das "zonas 30", de promoção da resiliência da rede de transporte em caso de catástrofe, fenómenos climáticos ou incidentes de grandes dimensões e criação de zonas/bairros sem carros (car free). Monitorização da qualidade do ar prosseguindo a política de criação de zonas emissões reduzidas, que poderão evoluir para zonas de emissões zero a médio prazo.

**18.** Propor ao Governo alterações à política do serviço de táxi, tendo em vista a melhoria da frota e da qualidade do serviço, incluindo as deslocações ao/do Aeroporto de Lisboa e Terminal de Cruzeiros.

**19.** Melhorar as cargas e descargas, através da limitação dos horários, do aumento dos locais reservados para este fim, de micrologística, e da revisão da regulamentação para a mobilidade e espaço público (estacionamento, cargas e descargas, micrologística e a regulação do acesso à cidade de novos operadores e novos serviços).

**20.** Finalizar a implementação de parques dissuasores, pretendendo-se criar 3.000 lugares de estacionamento fora do centro, com boa conectividade ao transporte público e com tarifários articulados com este.

**21.** Alargar a oferta de estacionamento na via pública para motociclos e a utilização dos corredores BUS por estes tipos de veículos.

**22.** Desenvolver políticas que promovam a existência de alternativas ao veículo próprio, para os residentes em zonas de maior pressão de estacionamento, em particular quando não se trate da primeira viatura. Reforçar o estacionamento sempre que possível com a existência de garagens partilhadas, cujo acesso será prioritário para quem se comprometa a reduzir o número de veículos do agregado familiar que ocupem a via pública.

**23.** Promover novos serviços de mobilidade, incluindo carros partilhados (carsharing) e de mobilidade enquanto serviço, que contribuam para a redução do uso do veículo próprio. Lisboa será ainda uma cidade ativa na articulação com os concelhos vizinhos de soluções para a construção de serviços complementares à rede de transporte público.

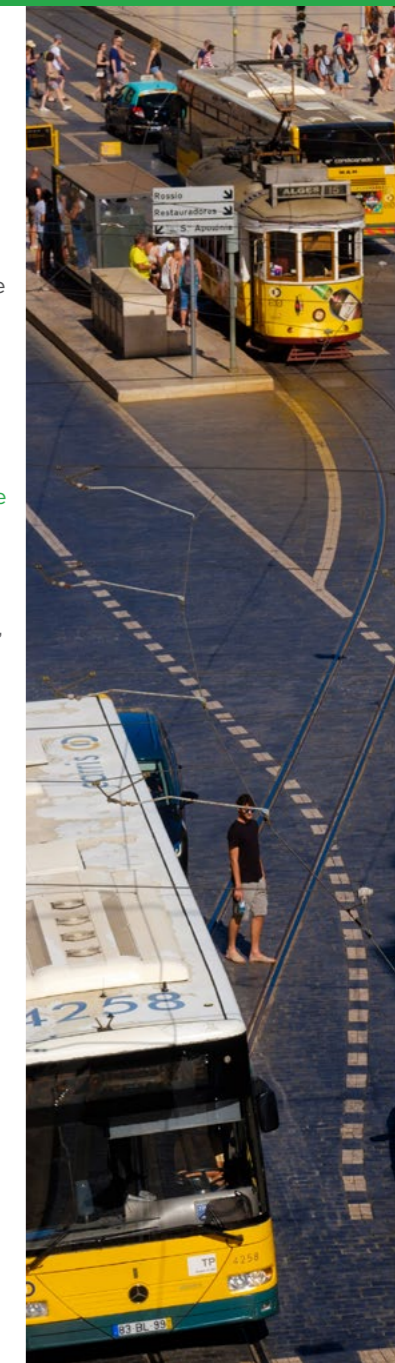
**24.** Promover uma gestão da mobilidade mais participada, onde os cidadãos e a sociedade civil estejam envolvidos na estruturação da decisão de política de transportes e tenham mecanismos de feedback relativamente aos serviços prestados, com o alargamento de iniciativas do tipo cliente observador.

**25.** Potenciar a integração de processos dos Serviços Municipais, Carris, EMEL e Polícia Municipal.

**26.** Integrar com o Centro de Operações Integrado (COI), um centro de controlo operacional da mobilidade, uma referência para a mobilidade da cidade, que promova a gestão em tempo real, previsível e articulada da rede viária e reforçar a infraestrutura de comunicações da cidade que permita uma comunicação fiável, eficaz, bidirecional e em tempo real com os diversos sistemas instalados na via pública.

**27.** Concretizar uma estratégia de aceleração da adoção da mobilidade elétrica, incluindo incentivos municipais, através de redes de carregamento em zonas consolidadas e definindo uma meta clara para os próximos anos - para táxis, cargas e descargas, transportes turísticos, plataformas de mobilidade, tuk-tuk, side-cars, etc.

**28.** Definir, em parceria com o Governo, uma estratégia para o Aeroporto Humberto Delgado que permita: I) monitorizar e fixar limites rigorosos para os níveis de poluição sobre a cidade, seja ao nível do ruído, seja ao nível da qualidade do ar; II) aliviar a pressão colocada sobre a rede viária da cidade, em particular a 2ª Circular onde mais de 15% do tráfego é gerado pelo Aeroporto; III) assegurar as necessidades de estacionamento geradas pelo Aeroporto dentro do perímetro Aeroportuário - passageiros, trabalhadores, logística, serviços complementares de transporte; IV) reavaliar as restrições ao teto aéreo ao nível da segurança que restringem o melhor aproveitamento urbanístico do território municipal; V) identificar soluções para uma melhor inserção do Aeroporto na cidade.





# CIDADE SUSTENTÁVEL, RESILIENTE E AMIGA DO AMBIENTE



É essencial que as cidades se tornem protagonistas na resposta aos novos desafios ambientais. Assim, iremos implementar os compromissos internacionais da cidade para a mitigação e adaptação climática - Novo Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia e o compromisso “Compact of Mayors” - e assumir a liderança nestas áreas, através de iniciativas como a co-organização do Congresso Europeu das Alterações Climáticas e concurso à Capital Verde da Europa 2020.

Lisboa tem de dar o exemplo, e já o faz, através da poupança e da reutilização da água e de iluminação pública de baixo consumo. Mas o grande salto para o futuro está na utilização e potenciação económica da energia solar. Esta transição energética (descarbonização), através do recurso à energia solar, terá como objetivo superar através desta fonte 20% das necessidades energéticas e alcançar 8 MW no final do próximo mandato.

Neste sentido, também continuaremos a aposta no reforço da estrutura verde da cidade, tendo como objetivo que qualquer lisboeta consiga aceder a pé, desde a sua casa até ao parque urbano mais próximo, em apenas 10 minutos. E reforçaremos a articulação com a rede ecológica metropolitana, tendo como objetivo central a sustentabilidade da cidade e a renaturalização da sua paisagem. A visão estratégica para a gestão de resíduos urbanos reconhece o resíduo como um recurso, com valor económico acrescentado. Esta é a ambição de uma cidade que promove a prevenção e a gestão de resíduos, centrada numa economia circular, através da reintrodução dos resíduos no ciclo de vida dos produtos, apostando na reutilização e na reciclagem e que garanta uma maior eficiência na utilização dos recursos naturais, materiais e energéticos.





## Medidas:



**1.** Continuar a estratégia de posicionar Lisboa como uma cidade ecológica e cidade verde através de: I) consolidação dos Corredores Verdes, expandindo-os em mais 80ha, integrados na Estrutura Verde macro da cidade, a saber: Corredor Periférico (Estrada do Paço do Lumiar, Ponte Ciclopedonal sobre a Calçada de Carriche e Vale do Forno), Corredor de Monsanto Gonçalo Ribeiro Telles e Corredor do Vale de Alcântara, Corredor Oriental Vale da Montanha / Vale Vistoso, Corredor Oriental Bela-Vista – Hortas de Chelas - Vale Fundão / Quinta das Flores; Vale de Santo António / Casal do Pinto, Corredor Oriental dos Olivais e Corredor Ocidental do Rio Seco / Ajuda; II) desenvolvimento das ligações da estrutura verde de proximidade com os restantes espaços verdes da cidade, valorizando os percursos e ligações pedonais e cicláveis entre eles; III) requalificação dos espaços verdes em curso e a instalação de novos parques infantis, requalificação dos existentes e instalação de equipamentos de manutenção física; IV) fomento de hortas urbanas, com a abertura de mais 10 novos parques hortícolas até 2021; V) lançamento do programa de plantação de UMA ÁRVORE EM CADA ESQUINA da cidade, em conjunto com escolas, freguesias, ONGS e outros atores locais, com o objetivo de plantar mais 80 mil árvores na cidade até 2021; VI) recuperação dos logradouros da cidade, através de associações de proprietários, com incentivos e apoios técnicos dado pelo Município.

**2.** Defender o Parque Florestal de Monsanto como espaço verde metropolitano e de excelência, prosseguindo a valorização do património e a aplicação de medidas disciplinadoras do tráfego e da velocidade de circulação automóvel no interior do Parque, promovendo a segurança dos utilizadores, designadamente crianças, e o aumento da qualidade ambiental.

**3.** Contribuir para a estruturação das ligações ecológicas de Lisboa à sua Área Metropolitana.

**4.** Criar um Conselho Municipal do Ambiente consultivo para as políticas, programas e ações de ambiente na cidade: articular e promover a gestão ambiental municipal com as demais políticas públicas ambientais de âmbito regional, nacional e internacional; e criar o Dia do Ambiente de Lisboa para aumentar a consciência da população de Lisboa para esta temática.

**5.** Concluir a implementação do Plano de Ação Local da Biodiversidade até 2020 e revisão das metas para 2030.

**6.** Lançar uma aplicação online de georreferenciação do arvoredo de Lisboa.

**7.** Desenvolver o programa Cidade Solar, aproveitando as potencialidades naturais da cidade para este recurso através de: I) aumento da capacidade instalada de energia solar fotovoltaica na cidade, para que a potência seja quadruplicada até 2021, passando dos atuais 2 MW para 8 MW; II) promoção de sistemas fotovoltaicos para autoconsumo nos edifícios de habitação social, escolas e nos hospitais, III) produção de energia fotovoltaica em terrenos ou edifícios municipais para o abastecimento de transporte público coletivo, tendo como suporte a agência Lisboa e-Nova, IV) lançamento da iniciativa Capital Europeia do Sol junto da União Europeia.

**8.** Implementar o plano de ação em matéria de adaptação às alterações climáticas e prevenção de catástrofes, com destaque para a integração de medidas de reforço antissísmico, de combate à ilha de calor, à escassez de água e proteção contra as cheias, nomeadamente: I) executar o Plano Geral de Drenagem, minimizando o risco de inundações na cidade. O investimento global é de 180 milhões de euros, estimando-se que esta solução possa minimizar os riscos nas áreas classificadas como de elevada vulnerabilidade a riscos de inundação que ocupam mais de seis milhões de metros quadrados, o que representa cerca de 6% da área total do concelho de Lisboa e evitar cerca de 20 inundações graves nos próximos 100 anos. II) consolidar e executar bacias de base natural para retenção de águas, III) estudar e implementar medidas que minimizem os impactos de sismos na cidade (ex. reforço da resistência aos sismos do edificado em especial das construções mais vulneráveis, ações de sensibilização e formação); IV) combater efeitos da “bolha de calor” através do aumento da permeabilidade do solo na cidade consolidada e a presença do arvoredo nas ruas, praças e intersecções de quarteirão, V) prosseguir as regras que impõem as coberturas verdes e incentivar os jardins verticais, VI) atenuar as consequências de maremotos elevando cotas de soleira.

**9.** Prosseguir a execução das seguintes medidas: I) eficiência energética em curso em todos os edifícios municipais e substituição da iluminação pública por tecnologia mais eficiente; II) programa de água reciclada para rega e lavagem de ruas, aumentando o seu volume em 25% até 2021; III) melhorias no isolamento térmico dos edifícios, particularmente das habitações, para um aumento significativo da eficiência energética da cidade, redução da despesa com o consumo de eletricidade e aumento do bem-estar térmico e a saúde ambiental dos habitantes de Lisboa, IV) democratização do acesso à produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do incentivo à formação de cooperativas de produtores e apoio às existentes.







**10.** Introduzir o plano “Água para Todos”, com a colocação de bebedouros em todos os jardins, parques e praças.

**11.** Atingir as metas definidas para o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos e para o Plano Municipal de Gestão de Resíduos de Lisboa.

**12.** Introduzir uma política municipal de redução da produção de resíduos através de: I) criação de um conselho consultivo para a redução da produção de resíduos urbanos, que reúna os maiores produtores de resíduos da cidade; II) criação de conselhos de bairro para desenvolver medidas comunitárias de redução de produção de resíduos, que promovam, entre outros, concursos de sustentabilidade; III) implementação da compostagem doméstica de resíduos orgânicos e verdes em 4.000 fogos IV) execução de um plano para a redução de plástico utilizado e desperdiçado na cidade de Lisboa.

**13.** Aumentar a reciclagem, a qualidade dos materiais e reforço da economia circular através de: I) conclusão da rede de ecopontos subterrâneos com chips e cartões para abertura de porta comercial; II) criação da aplicação “EcoLisboa” com informação sobre os ecopontos; III) aumento da rede de centros de receção de resíduos: dois repair-cafés para recuperação de pequenos equipamentos elétricos e eletrónicos, um centro de reutilização (atelier de design) para móveis usados e outras madeiras, um centro de receção de resíduos urbanos e de interpretação ambiental e um bazar de bens usados; IV) cobertura total dos lares que podem ter recolha seletiva porta-a-porta; V) gestão eletrónica da recolha do lixo; VI) abertura do primeiro ecocentro que permitirá disponibilizar todo o tipo de reciclagem, incentivar a economia circular, experimentar o sistema PAYT com cidadãos e servir de centro educativo.

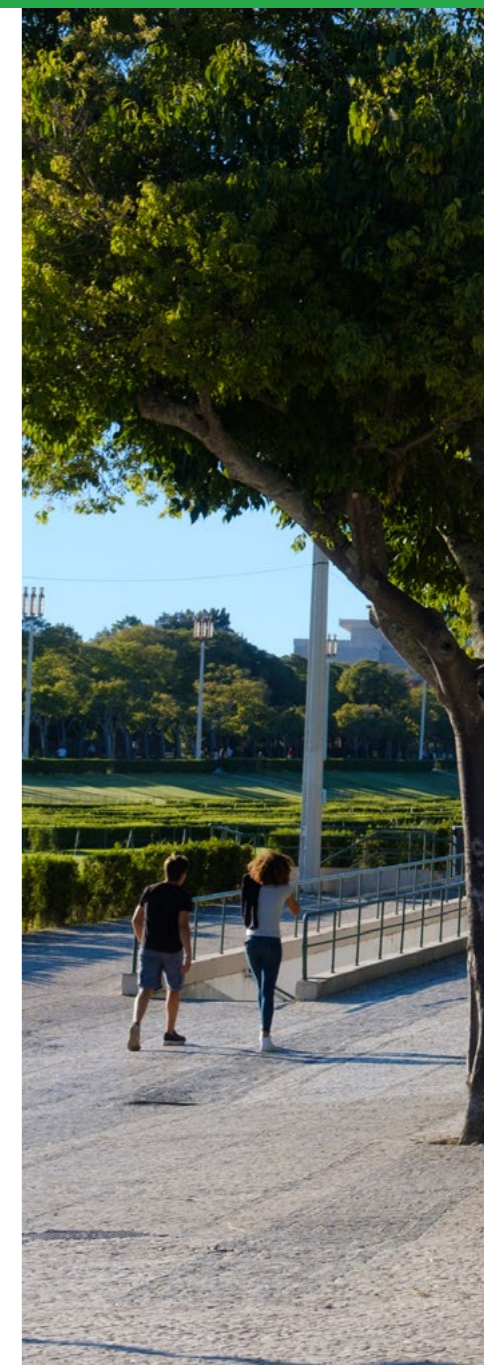
**14.** Melhorar a qualidade de vida e limpeza nos bairros históricos através de: I) conclusão da alteração da recolha nos bairros históricos, substituído a remoção por sacos por contentorização comunitária, II) reforço dos meios afetos à atividade de limpeza urbana nas zonas de maior pressão turística, III) implementação de concursos de varandas floridas e outras medidas, em articulação com a EGEAC, freguesias, associações de comerciantes e moradores, que promovam o embelezamento das freguesias.

**15.** Melhorar os níveis de reciclagem nos bairros municipais através de: I) criação de um programa direcionado à redução de produção de resíduos e de aumento da reciclagem nos bairros municipais; II) introdução de contentores de maior capacidade nos bairros municipais (com início em Marvila).

**16.** Melhorar a estrutura de apoio da higiene urbana e reforçar a sensibilização através de I) criação dos Serviços Municipalizados de Higiene Urbana; II) aumento e melhoria das campanhas de comunicação e sensibilização ambiental; III) reforço da estratégia municipal para as compras públicas verdes; IV) aumento do número de veículos elétricos na frota do Município; V) aumento da eficiência e a velocidade de resposta na limpeza de tags e grafitis; VI) um novo regulamento municipal de resíduos urbanos.

**17.** Dinamizar o bem estar animal e a Casa dos Animais de Lisboa através de: I) apoio à construção do novo canil da União Zoófila; II) apoio ao trabalho da Provedora Municipal dos Animais de Lisboa; III) colaboração com Associações e autoridades no combate aos maus tratos animais; da melhoria das instalações da Casa dos Animais de Lisboa; IV) colocação de abrigos para gatos e instalação de boxes para cavalos na Casa dos Animais; V) lançamento de um programa específico de incentivos financeiros para as associações de apoio aos animais; VI) construção de mais parques caninos; VII) desenvolvimento de um novo regulamento do bem-estar animal; da maior sensibilização dos municípios para a adoção de animais através de campanhas anuais.

**18.** Desenvolver medidas de redução de ruído, nomeadamente: I) criar a figura do night mayor e desenvolver parcerias para intervir nos locais de maior aglomeração noturna com o objetivo de contribuir para a valorização do espaço público, nomeadamente a questão da higiene urbana, aliado a campanhas de sensibilização e prevenção de comportamentos de risco; II) criar o Conselho para a sustentabilidade na vida noturna, para apoiar a implementação de uma estratégia de sustentabilidade e melhor convivência entre moradores, estabelecimentos comerciais e seus clientes; III) desenvolver áreas de funcionamento da Unidade Técnica Contra o Ruído; IV) iniciar funções do Conselho de Acompanhamento de Vida Noturna; V) continuar o processo de instalação de limitadores de som nas zonas problemáticas da cidade; VI) implementar novas regras de fiscalização e reforçar a verificação do cumprimento dos requisitos de funcionamento constantes do regulamento em vigor, designadamente na verificação do efetivo funcionamento dos limitadores de som instalados; VII) consolidar os mecanismos de diferenciação de horários de funcionamento dos estabelecimentos atendendo à sua classificação e respetiva localização territorial; VIII) articular com a Polícia Municipal e outras entidades responsáveis, intervenções nos locais considerados mais problemáticos; IX) tomar as medidas necessárias junto das entidades responsáveis para que sejam colocadas barreiras sonoras ou outras ações de minimização de ruído em eixos viários e ferroviários; X) promover a deslocalização da vida noturna para a beira-rio.





# MAIS E MELHOR ESPAÇO PÚBLICO



Uma cidade com melhor qualidade de vida é também uma cidade onde as pessoas podem usufruir do espaço público.

É neste sentido que prosseguiremos os vários programas e projetos de requalificação do espaço público, apostando na aproximação dos lisboetas ao Tejo com a nova frente ribeirinha reabilitada; na continuação do Programa Uma Praça em Cada Bairro, criando novas centralidades; na promoção de soluções de segurança como o Pavimentar Lisboa; ou no Plano de Acessibilidade Pedonal.

Temos como objetivo reforçar a coesão territorial, aproximando os territórios e combatendo os isolamentos dos bairros e também promovendo uma manutenção efetiva e cuidada do espaço público, através de meios céleres e participados. Lisboa continuará assim a apostar na criação de amplos espaços pedonais, zonas de fruição e de lazer, mais seguras e bem mantidas para todos os que vivem a cidade.





## Medidas:



**1. Prosseguir o Programa “Uma Praça em cada Bairro”**, com intervenções em todas as freguesias, procurando criar mais sinergias entre a requalificação do espaço público, o urbanismo comercial e as iniciativas comunitárias locais. Intervenções nas seguintes praças: Chile; Largo da Igreja de Benfica; Alameda do Beato; Largo da Boa Hora à Ajuda; Largo do Rio Seco; Praça da Alegria; R. Padre Américo; Praça Viscondessa dos Olivais; Parada do Alto de S. João; Largo do Conde Barão; Av. da Igreja; Praça de Sete Rios; Largo da Basílica da Estrela; Largo do Rilvas; Praça das Amoreiras; R. Palmira Bastos; Alameda de Sta. Clara, Rato, Praça da Figueira, Largo de São Sebastião da Pedreira e Largo do Paço da Rainha.

**2. Reforçar a área do espaço público liberto** de transportes e estacionamento. Há 20 anos, em Lisboa, 70% do espaço público era ocupado por via pública e lugares de estacionamento e 30% por espaço público liberto. Atualmente a proporção é cerca de 50/50, devendo prosseguir-se nesta direção.

**3. Reforçar a identidade Lisboa como Cidade de Bairros**, que passa pela diversidade social e cultural das populações que a fizeram e continuam a fazer, pelas suas manifestações culturais, populares ou eruditas, e pelas dimensões patrimonial, paisagística e ambiental dos diferentes territórios, bem como pela relação única de cada bairro com o rio, as colinas e a luz de Lisboa.

**4. Prosseguir a execução do Plano de Acessibilidade Pedonal**, através de: I) identificação de intervenções-tipo que as Juntas de Freguesia poderão desenvolver para reduzir barreiras e obstáculos à deslocação segura dos peões nas artérias de cada território; II) continuação do programa de substituição da calçada por pavimento mais seguro em zonas não-históricas da cidade; III) continuação da instalação de elevadores e corrimãos em zonas íngremes, aumentando a segurança e o conforto dos peões.

**5. Continuar a implementação do Programa “Pavimentar”**, com o objetivo de criar mais segurança, melhor mobilidade e maior conforto, em busca de uma cidade cada vez mais acolhedora e amiga dos seus habitantes ou de quem a visita. Proceder-se-á à reconstrução e reperfilamento das seguintes vias, tendo como base o princípio de intervir, sempre que necessário, nas infraestruturas: Av. da República, entre o Campo Pequeno e Entrecampos; R. de Campolide; Av. José Malhoa e nó na Columbano Bordalo Pinheiro; Estrada de Caselas; Av. das Descobertas e acesso ao Hospital S. Francisco Xavier; Azinhaga das Carmelitas; Acessos ao Castelo incluindo Cerca da Moura e o Largo Rodrigo de Freitas e S. Vicente; Rua

de S. José, de Sta. Marta, R. dos Condes, Largo da Anunciada e Jardim do Regedor; Av. da Liberdade e Av. Duque de Loulé; Av. D. Carlos, Calçada da Estrela, Rua de São Bento, Rua da Escola Politécnica, Rua da Misericórdia e Calçada do Combro.

**6. No âmbito do Programa de intervenção na Frente Ribeirinha** será I) requalificada a Av. Infante D. Henrique entre o Campo das Cebolas e St<sup>ª</sup> Apolónia; II) devolvidas à fruição pública a Doca da Marinha, a Estação Sul Sueste e o espaço fronteiro; III) reconstruída a Praça de St<sup>ª</sup> Apolónia com um novo desenho em consequência da inserção do túnel do Plano Geral de Drenagem; IV) reperfilada a Av. 24 de Julho entre Santos e Alcântara; V) requalificado o espaço público na Zona Monumental de Belém.

**7. Capacitar as Brigadas LX para dar mais resposta às pequenas intervenções no espaço público através de:** I) melhoria das instalações e reforço de equipamentos e recursos humanos; II) **aumento da capacidade de resposta** e diminuição do tempo de resolução das solicitações de manutenção do espaço público, trabalhando de forma interdisciplinar e planeada em estreita articulação com as Juntas de Freguesia, havendo uma intervenção conjunta.

**8. Consolidar a rede de iluminação pública da cidade**, através de: I) sistemas de informação que permitam a sua **monitorização em tempo real**, incrementando ainda mais os níveis de eficiência e de poupança energética, bem como o controlo sobre o funcionamento da rede; II) **reforço da iluminação pública em toda a cidade**, melhorando as zonas mais desprotegidas, aumentando assim a segurança para todos.

**9. Promover o portal “Na minha Rua”**, através da divulgação do novo portal e aplicação “Na minha Rua” e monitorizar o sistema de gestão de ocorrências de modo a garantir uma resposta mais completa ao munícipe, num período cada vez mais curto.

**10. Elaborar um novo regulamento de espaço público, incluindo planos de esplanadas** para zonas da cidade onde estes não existem, que possibilitem a sua utilização ao longo de todo o ano.





# CIDADE SEGURA



Face aos desafios de uma cidade global, a segurança assume um papel cada vez mais preponderante para as pessoas. Uma cidade segura é uma cidade que prevê, previne e monitoriza os riscos e toma as medidas necessárias a evitar acidentes que possam afetar pessoas e bens. Cumprindo este objetivo, prosseguiremos o Programa de Monitorização e Intervenção contra Riscos Antrópicos e Naturais, em articulação com a Academia, e desenvolveremos programas

de formação e informação da população sobre situações de risco. Contar com uma Cidade segura requer um forte investimento e qualificação dos meios humanos, dotando-os de condições para desenvolver de forma eficaz a sua missão e, assim, garantir o bem-estar e a segurança de quem vive, trabalha ou visita a nossa cidade.

## Medidas:

1. Executar um programa anual de formação e informação de crianças, jovens e adultos acerca dos riscos de catástrofes naturais e incêndios, com informação sobre as medidas necessárias à minimização de riscos e sobre os protocolos de atuação durante eventuais ocorrências.
2. Executar um programa anual de formação para a prevenção de acidentes domésticos e cibersegurança.
3. Concluir o processo de reorganização territorial do Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB), com a construção do novo quartel de Chelas, para instalação do comando e da nova escola de bombeiros, com os meios e as condições necessárias à exigente formação do Soldado da Paz.
4. Reforçar o apetrechamento do RSB com mais meios humanos, equipamentos e viaturas, a partir da admissão de 100 novos bombeiros ainda em 2017 à definição de um programa anual de recrutamento.
5. Executar o Plano Geral de Drenagem.
6. Implementar um programa abrangente de resistência antissísmica da cidade de Lisboa, em articulação com a estratégia de reabilitação urbana da cidade.
7. Prosseguir o projeto do Dispositivo Integrado e Permanente de Emergência Pré-Hospitalar, assegurando uma resposta rápida, com os corpos de Bombeiros Voluntários da cidade.
8. Reforçar a segurança dos nossos espaços verdes, nomeadamente o Parque Florestal de Monsanto.
9. Reforçar o voluntariado da Proteção Civil a nível das freguesias, assegurando as formações indicadas para o desenvolvimento de projetos locais.
10. Criar uma Academia Sénior de Segurança, para promover cuidados e medidas de autoproteção da população sénior.
11. Alargar os projetos de Policiamento Comunitário da Polícia Municipal a mais bairros da cidade, baseados num modelo participativo de entidades locais e cidadãos, com vista ao aumento de segurança nos bairros.
12. Promover iniciativas de segurança rodoviária, visando a promoção de boas práticas de peões, ciclistas e automobilistas.





# EIXO II

**COMBATER EXCLUSÕES,  
DEFENDER DIREITOS**





# AFIRMAR DIREITOS, REFORÇAR A CIDADANIA



## Que ninguém fique para trás.

O exercício pleno da cidadania requer um equilíbrio difícil entre cumprimento de deveres e afirmação de direitos, o qual se promove e efetiva através de políticas públicas nacionais e locais, para além da responsabilidade individual de cada cidadão. **O Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa 2017-2021**, recentemente aprovado, assume a afirmação dos direitos sociais como mecanismo de reforço da cidadania de cada um e de todos, numa cidade plural, aberta e multicultural, que promove a igualdade, a paridade, a diversidade, a tolerância e os valores democráticos, humanistas e republicanos que constituem a base da nossa vida cívica e coletiva.

**A não-discriminação e a solidariedade são pilares de convivência social**, numa

perspetiva de acolhimento de todos, nacionais e estrangeiros, que permita a convivência multicultural, o multilinguismo, a diversidade étnica e religiosa. Uma especial atenção continuará a ser dedicada aos cidadãos mais afetados pela crescente desigualdade económica e social, pela exclusão e pela desproteção social, envolvendo nomeadamente, em muitos casos, de modo particular, as crianças e os idosos da nossa cidade. A recuperação económica vivida nos últimos dois anos deve ser aproveitada para uma **melhor redistribuição dos recursos** por todos, assegurando os mínimos sociais para quem tem muito pouco e garantindo apoios sociais diversos às famílias que vivem em condições de maior vulnerabilidade.





## Medidas:

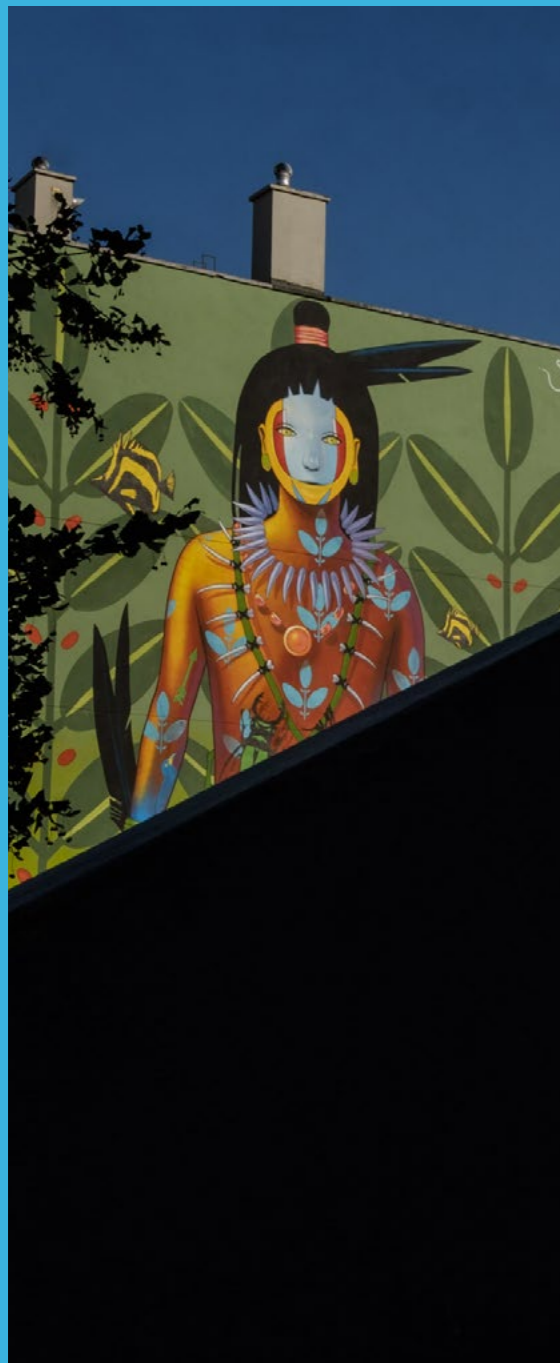


1. Continuar o investimento na Rede Social de Lisboa, formada por 475 entidades, coordenada pela Câmara Municipal de Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Instituto de Segurança Social.
2. Apoiar o desenvolvimento da Rede Desenvolvimento Local de Base Comunitária – Associação, com mais de 150 entidades, presidida pelo Município de Lisboa e que gere a atribuição de financiamentos comunitários nos territórios BIP-ZIP (bairros e zonas de intervenção prioritária de Lisboa).
3. Implementar o Plano de Desenvolvimento Social, aprovado pela Rede Social de Lisboa, articulando-o com a Rede de Desenvolvimento Local de Base Comunitária e as organizações do Programa BIP-ZIP.
4. Atualizar o Plano de Ação dos Direitos Sociais para o período 2017/2021 e implementar todas as medidas incluídas nos planos municipais desta área.
5. Promover a realização anual do Fórum da Cidadania, que desde 2013 se reúne para recolher os contributos de todas as pessoas e organizações para uma melhor governação da cidade.
6. Levar à apreciação dos órgãos municipais a “Carta de Lisboa dos Direitos e Responsabilidades”, aprovada em 2017 pelo Fórum da Cidadania e que consagra os direitos de cidadania e as responsabilidades dos poderes autárquicos, das organizações sociais e de todas as pessoas que habitam, trabalham, estudam e a visitam Lisboa.
7. Rever as cartas de equipamentos e serviços públicos e sociais da cidade, tais como a Carta Educativa de Lisboa, a Carta de Equipamentos de Saúde, a Carta Desportiva de Lisboa ou as Orientações estratégicas dos equipamentos sociais de Infância.
8. Reforçar a cooperação e coordenação entre a CML e as freguesias nas áreas da ação social e comunitária, nomeadamente através das várias Comissões Sociais de Freguesia já existentes ou a criar, compostas pelos serviços públicos com domínio de atuação na área social, pelas associações e entidades locais sem fins lucrativos, pelos grupos comunitários organizados e por quaisquer pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local.
9. Desenvolver uma rede, já iniciada, de “Casas da Cidadania”, enquanto espaços de proximidade, que têm como objetivo primordial a instituição de espaços comunitários de trabalho, para servir organizações sediadas que promovam a vida social e comunitária da cidade e os processos de interação com a população.

10. Fortalecer a rede de Conselhos Municipais para as áreas sociais na cidade de Lisboa, que inclui o Conselho Municipal para a Inclusão da Pessoa com Deficiência, o Conselho Municipal para a Igualdade, o Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania, e o Conselho Municipal da Juventude.
11. Reforçar a capacitação dos serviços e dos trabalhadores municipais para as questões dos direitos sociais, inclusão, coesão e solidariedade, através de programas de formação contínua, incluindo a formação de formadores para outros públicos, como voluntários universitários, jovens e idosos envolvidos nas diferentes ações.
12. Executar as ações transversais do Plano de Desenvolvimento Social 2017-2021, destinadas a proteger os grupos mais vulneráveis e em risco de exclusão em Lisboa, como meio de garantir os direitos sociais.
13. Executar as medidas do Plano para a Integração da Pessoa sem Abrigo, adotando metodologias capacitadoras e de desenvolvimento individual, em articulação com serviços e programas de substituição do consumo de substâncias psicoativas, e outras intervenções desenvolvidas pelos organismos que intervêm junto deste grupo em Lisboa, de modo a promover a sua integração social, a sua inserção profissional e o seu realojamento sempre que estas pessoas pretendam ou reúnam as condições para sair da rua (projeto “Housing First”).
14. Desenvolver a Estratégia Municipal de Combate à Pobreza, em articulação com a Rede Europeia Anti-Pobreza.
15. Executar as medidas do Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência de Doméstica e de Género, desenvolvendo ações de sensibilização e formação para os diversos intervenientes, com especial atenção para as mulheres e crianças (potenciais) vítimas destas situações, apoiando as vítimas através de centros de atendimento e acolhimento, de modo a facilitar a sinalização de situações de risco, em articulação com as autoridades policiais e serviços judiciais, e alargando a bolsa de fogos para vítimas (atualmente 18).
16. Renovar o Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, expandindo em toda a cidade, de forma sustentável, a rede contra o desperdício alimentar criada pela sociedade civil.
17. Prosseguir uma estratégia multi-sectorial para a melhor integração das pessoas com deficiência (nos transportes, habitação, saúde, acessibilidade, educação, entre outros) que integre I) a continuação do Plano de Acessibilidade Pedonal, II) o Serviço de Atendimento para Pessoas Surdas (assegurando o apoio de um especialista em Língua Gestual Portuguesa, mediante marcação prévia, no contacto com o atendimento municipal, assim como na continuação da transmissão das sessões públicas da Câmara Municipal de Lisboa em língua gestual portuguesa), III) abertura do Balcão de Atendimento Municipal para a Pessoa com Deficiência (capaz de desempenhar de forma eficaz o atendimento aos diversos tipos de deficiência e







facultando informação em áudio e braille), IV) a continuação do Programa “Vida Independente”, cujo projeto-piloto permitiu a vários beneficiários ver adaptadas as suas habitações municipais e dispor de assistentes pessoais; V) a continuação da Operação Emprego para Pessoas com Deficiência, para apoiar a integração em mercado aberto de trabalho; VI) continuar o Programa de Apoio à Mobilidade, disponibilizando transporte adaptado diário aos munícipes jovens e adultos com multideficiência que não encontram resposta na rede de transportes urbana.

**18.** Prosseguir a política de apoio à infância e às famílias, promovendo a expansão do sistema de creches e o aumento da taxa de cobertura da rede pública e lançando um programa inovador de prevenção da futura exclusão e combate às desigualdades, com intervenção em crianças de 1 a 4 anos de famílias em risco.

**19.** Desenvolver medidas direcionadas para a juventude nomeadamente: I) implementar uma rede de espaços “Lx Jovem” em toda a cidade, à semelhança do já existente no Bairro do Armador, em Marvila, com um conjunto de valências para que os jovens possam trabalhar e apresentar os seus projetos, como auditórios, sala de ensaios, salas de exposições e espaços multiusos; II) realizar anualmente a Semana da Juventude, através da dinamização de um programa de concertos, atividades culturais e desportivas e debates em vários locais de Lisboa, organizada pelo Município em colaboração como os jovens e as organizações que os representam; III) promover uma ação anual de início de ano letivo junto da comunidade estudantil do ensino secundário, com a finalidade de sensibilizar para a importância do associativismo juvenil/estudantil.

**20.** Promover, apoiar e participar em programas/iniciativas de defesa da igualdade de género e aprovar o Plano Municipal de Igualdade.

**21.** Desenvolver medidas na área da orientação Sexual e identidade de género nomeadamente: I) apoiar a realização da Marcha LGBT, organizada anualmente pelas várias associações de defesa dos direitos e autodeterminação da orientação sexual e identidade de género da cidade de Lisboa, e que vai já na sua 18.ª edição; II) apoiar a realização do Arraial Pride, que decorre anualmente no Terreiro do Paço, e que promove a visibilidade da população LGBTI, enquanto celebração de orgulho na cidade de Lisboa como espaço de igualdade, e que vai já na sua 21.ª edição. ; III) promover o Dia Nacional contra a Homofobia e a Transfobia, através do hastear, nos Paços do Concelho, da bandeira arco-íris, símbolo da luta pelos direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo.

**22.** Promover a Economia e Inovação Social através do Programa Municipal da Economia Social e Promoção da Empregabilidade de Lisboa, aprovado em 2016, que tem como objetivos gerais o desenvolvimento da economia social, a promoção da empregabilidade e o estímulo ao empreendedorismo inclusivo assente numa base territorial e comunitária.

**23.** Promover a Educação para os Direitos Humanos através de: I) Programa SOMOS e na Escola SOMOS, com vista à sensibilização das pessoas para o exercício da cidadania democrática e a promoção e proteção dos Direitos Humanos, tendo como principais temas de trabalho os Direitos Humanos, a Cidadania Democrática, o Bullying, a Discriminação Étnica, a Violência de Género, os Direitos da Criança e a Homofobia; II) “Há Festa no Parque - 25 de Abril”, que desde 2015 celebra a Revolução dos Cravos.

**24.** Prosseguir as políticas dirigidas à população idosa centradas sobre os eixos da: I) promoção da vida ativa (onde se incluem os transportes a preços acessíveis, o acesso à cultura, educação, formação e desporto ou a facilitação da relação com o Estado - futuro Balcão Sénior no Mercado 31 de Janeiro), II) segurança e qualidade de vida em autonomia (onde se incluem o reforço do apoio domiciliário alimentar ou médico ou social, o apoio às pequenas obras de adaptação de WC's e outras barreiras arquitetónicas com apoio das Juntas de Freguesia - Programa “Casa Aberta” e a universalidade da teleassistência, através da convergência de entidades que já a prestam) e III) o reforço das respostas de cuidados continuados e residenciais (com a construção de 8 novos centros intergeracionais com residências assistidas e equipamento para a infância).

**25.** Defender valores e práticas de solidariedade intergeracional, defesa do ambiente, promoção da saúde e do desporto, cidade da tolerância, multiculturalidade e multilinguismo junto de crianças, jovens e idosos, combatendo o isolamento social e promovendo os laços entre gerações, através da iniciativa “Avós próximos”.

**26.** Assegurar atividades de promoção de leitura, de acesso ao conhecimento científico e de acesso à cultura através do Programa Dá o teu melhor, com a concretização de projetos de intervenção com recurso a voluntariado de jovens universitários, em contextos e grupos socialmente desfavorecidos, nomeadamente de crianças e idosos (combate ao isolamento, promoção do envelhecimento ativo), em cooperação com as Juntas de Freguesia e instituições de desenvolvimento social.

**27.** Promover uma medida ativa de emprego em conjunto com o Governo (IEFP) para formar e inserir profissionalmente técnicos de apoio a vida familiar (prestação de serviços domésticos e pessoais a idosos, cuidados a crianças e idosos, apoio a pessoas com deficiências), assegurando a sua entrada no mercado de trabalho em bairros e instituições, cujas necessidades urgentes estejam já previamente identificadas.





# MAIS ESCOLARIDADE, MAIS QUALIFICAÇÕES, MELHORES ESCOLAS



Lisboa deve ambicionar ser **um exemplo em matérias de educação e formação de jovens e adultos**, assegurando a igualdade de oportunidades para todos no acesso ao ensino, a promoção do sucesso escolar e a aquisição de mais e melhores qualificações. O padrão estrutural de qualificações dos lisboetas, embora acima da média nacional, revela ainda fragilidades significativas, como as elevadas taxas de retenção, desistências e abandono escolar precoce por parte dos mais jovens, ou as baixas qualificações e escolaridade de um conjunto muito alargado da população adulta.

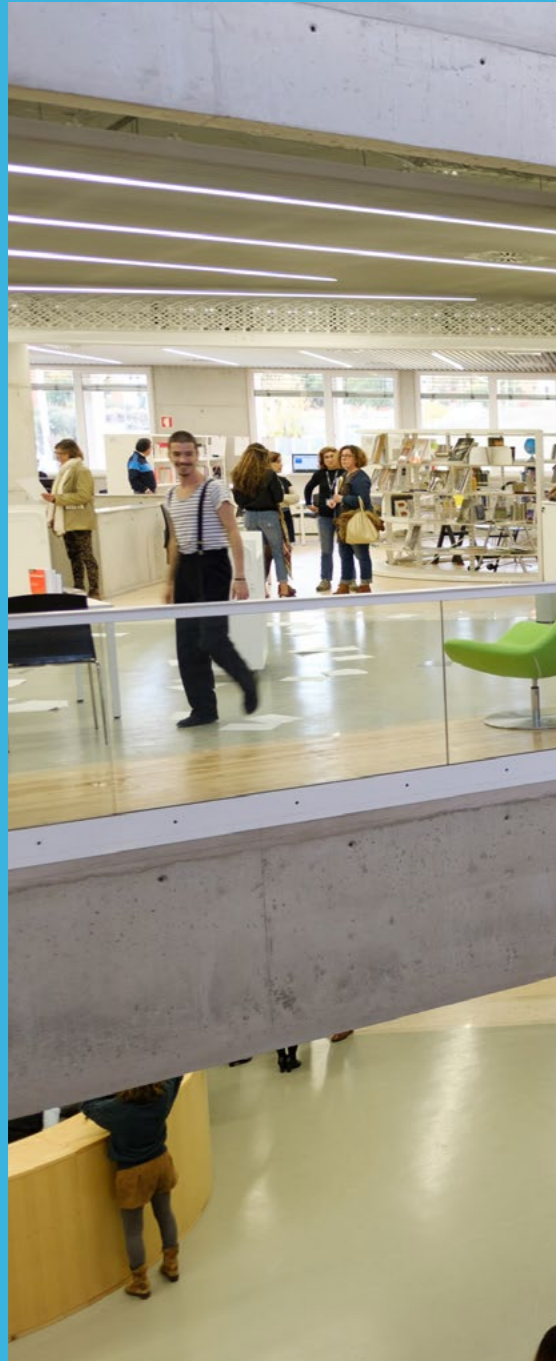
A eliminação dessas debilidades deve ser baseada em medidas integradas que incidam em simultâneo: na **melhoria da qualidade das escolas**, e dos seus **recursos humanos**, técnicos e pedagógicos; no combate às desigualdades escolares, com as metas do ensino secundário para todos e a aceleração da redução do abandono escolar precoce; e, por último na forte aposta na disponibilização de percursos e espaços multi-ofertas de educação e formação de adultos.

**Lisboa deve assumir como objetivo estratégico que todas as crianças acedam ao ensino pré-primário e básico e os jovens concluam pelo menos o ensino secundário.**





## Medidas:



1. Criar o Programa “Secundário para todos”, no valor de 5 milhões de euros, para financiar projetos de promoção do sucesso educativo. Podem apresentar projetos os parceiros de todas as comunidades educativas, de escolas de todos os níveis de ensino. Serão apoiados projetos de qualquer natureza que seja adequada face à situação de cada comunidade ou grupo específico de alunos. Os projetos podem ser desenvolvidos inteiramente na escola ou incidam sobre as famílias e o seu enquadramento social e cultural ou outras situações.
2. Prosseguir o programa **Escola Nova** para a requalificação das escolas do 1º ciclo.
3. Negociar a **descentralização administrativa nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário** e dar início a um programa de requalificação e reequipamento das escolas.
4. Estender as ofertas das AEC a programas de estudo acompanhado para garantir a escola a tempo inteiro nos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, integrado com programa de voluntariado subsidiado de estudantes universitários – através da criação do Programa Dá o teu Melhor.
5. Prosseguir a **transferência de competências relativas às refeições escolares** para as Juntas de Freguesia, no âmbito do reforço da confeção local e da alimentação saudável.
6. Colocar em funcionamento o **Centro Integrado para a Aprendizagem de Lisboa (Lisbon Learning Centre)**, disponibilizando espaços educativos e formativos para crianças, jovens e adultos, incluindo o **Centro Qualifica da Câmara Municipal de Lisboa** e outras ofertas de formação, áreas de lazer e fruição cultural intergeracionais, cursos de alfabetização, literacias e competências básicas, atividades de promoção de cultura científica (em cooperação com o Ciência Viva e centros de investigação, universidades e empresas), prevenção rodoviária, segurança e higiene no trabalho.
7. Criar o **projeto de formação “Artesãos de Lisboa”** com o objetivo de aprender com os mestres, valorizar a transmissão de saberes e competências e valorizar as profissões tradicionais dos bairros de Lisboa (em colaboração com Juntas de Freguesia, mercados municipais, etc.).

8. Dinamizar a oferta e procura de educação e formação de adultos, com a valorização das aprendizagens não formais, informais e formais, através do acompanhamento do cumprimento das metas nacionais definidas para o Programa Qualifica numa lógica de promoção do trabalho em rede e em cooperação, estimulando o desempenho e a qualidade das intervenções da rede de centros Qualifica existentes na cidade.

9. Estabelecer **uma Rede Municipal para a Qualificação**, com destaque para o papel dos Gabinetes de Inserção Profissional, centros de emprego, centros Qualifica, estabelecimentos de ensino e centros de formação públicos e privados, num esforço conjunto de mobilização do potencial público-alvo para percursos de escolarização-formação na idade adulta.

10. Apoiar as **universidades sénior** reconhecendo o seu papel de valorização da população a que se destinam e o seu contributo para o envelhecimento ativo.

11. Promover as modalidades profissionalizantes do **ensino profissional e artístico e cursos de aprendizagem**, como modo de desenvolvimento de qualificações intermédias, assegurando uma rede coerente e integrada de ofertas de formação profissional adequadas às necessidades emergentes do mercado de trabalho na Área Metropolitana de Lisboa, com aposta nas áreas do turismo, serviços de saúde e de apoio à terceira idade, as indústrias criativas e culturais, bem como outras áreas emergentes no tecido económico local.

12. Criar uma **Central Eletrónica de Matrículas para Lisboa**, cobrindo todos os ciclos de ensino.

13. Promover o papel das **bibliotecas municipais**, em articulação com o Plano Nacional de Leitura, através da criação de ateliers culturais e de leitura para públicos de diferentes idades nestes espaços privilegiados da cidade.

14. Promover a **troca gratuita de manuais escolares através da rede de bibliotecas**, enquanto espaços de recolha e distribuição.

15. Reforçar a cobertura da rede pública de **Jardins de Infância da cidade de Lisboa**.



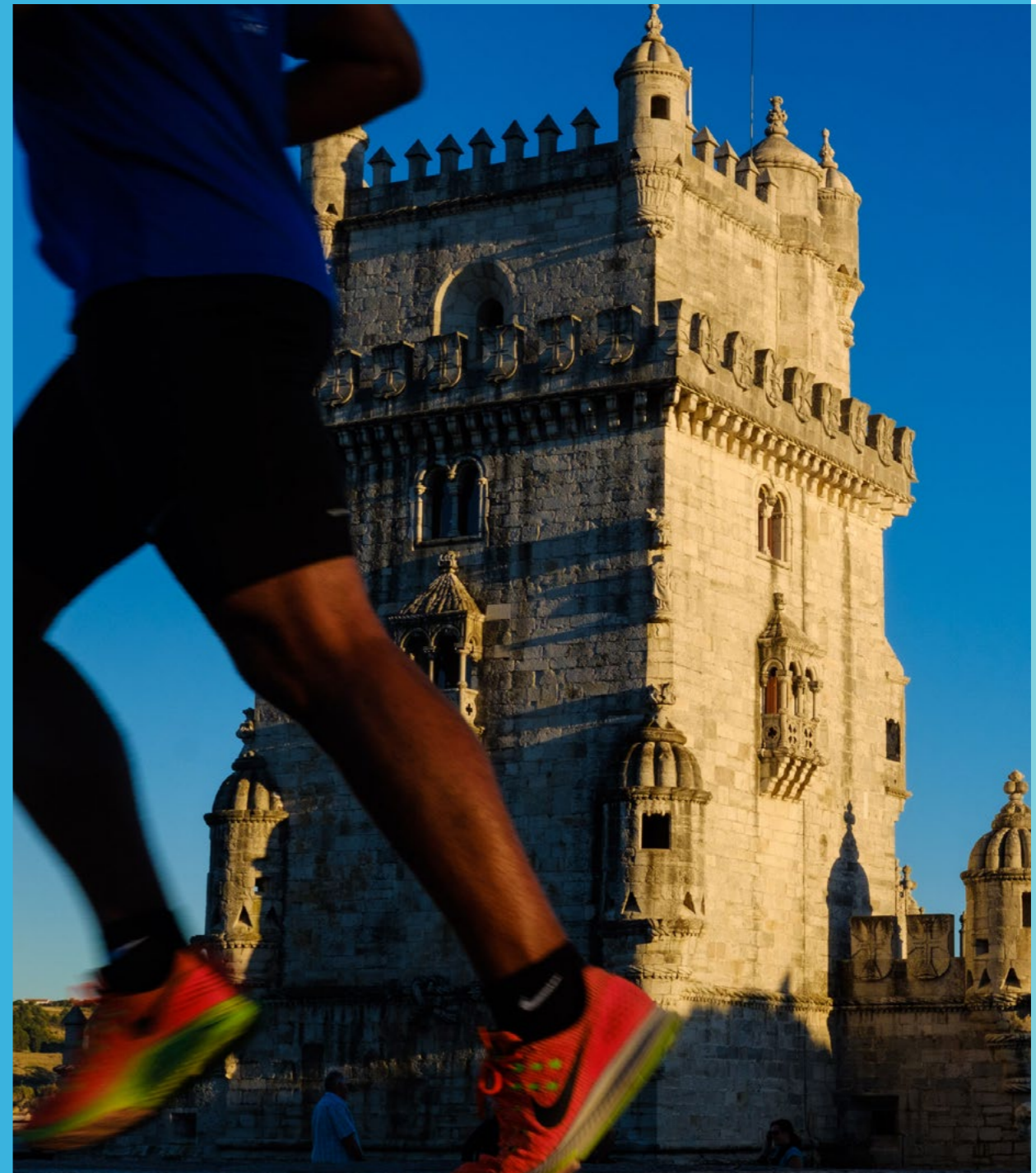


# PROMOÇÃO DO DESPORTO E DA ATIVIDADE FÍSICA



Lisboa tem condições ímpares para a prática de atividades desportivas, ao ar livre e através da utilização da rede de equipamentos desportivos municipais. **Incentivar a prática desportiva**, a utilização das piscinas, estádios, pistas de atletismo, aparelhos de fitness e outros espaços da cidade, como os parques, jardins, zona ribeirinha, rio Tejo e Parque de Monsanto tem impactos na saúde individual, no combate ao isolamento e na adoção de estilos de vida saudáveis.

**A candidatura de Lisboa a capital europeia do desporto** poderá constituir um marco importante para a cidade, os cidadãos e os atletas, de todas as categorias e idades. Deve-se dar um novo impulso a **programas de inclusão pelo desporto** e práticas desportivas de crianças e jovens em risco de exclusão. Uma especial atenção deve ser dedicada a programas de **atividade física para idosos**, que permitam melhorar a sua mobilidade e proporcionar maior convívio.





## Medidas:



**1.** Finalizar a Carta da Atividade Física e do Desporto do Município de Lisboa, com o objetivo central de satisfação das necessidades, atuais e futuras, em instalações desportivas e respetiva tipologia, considerando o quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico, socioeconómico e desportivo de Lisboa.

**2.** Manter, equipar e renovar as instalações e equipamentos desportivos existentes na cidade.

**3.** Criar modos de acesso facilitados através de aplicações digitais que permitam gerir marcações, efetuar pagamentos, reservar espaços para outras atividades lúdicas, sempre que possível.

**4.** Implementar equipamentos desportivos ao ar livre, na frente ribeirinha e dispersos noutras zonas da cidade potenciando a utilização do espaço público e promovendo o convívio e a atividade física.

**5.** Acompanhar e dinamizar as atividades de desporto escolar.

**6.** Apoiar as organizações e coletividades que promovem o desporto através de mecanismos participados e transparentes relativamente ao uso das verbas disponibilizadas.

**7.** Alargar o programa Olisipiadas, contribuindo assim para dinamização da prática desportiva nacional. O principal objetivo está na promoção da prática desportiva de crianças e jovens da cidade, com vista ao desenvolvimento de estilos de vida saudável e de valores educativos e sociais, assentes nos princípios da ética desportiva.

**8.** Alargar o programa Natação Curricular a mais alunos do ensino básico das escolas de Lisboa.

**9.** Alargar o programa “Clubes de Mar” iniciado em 2015 pela Câmara Municipal de Lisboa e realizado em parceria com as freguesias e os Agrupamentos de Escolas, que permite a iniciação da prática da atividade náutica desportiva nas modalidades de Vela e Remo, nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico. Expandir esta iniciativa às crianças do 1º Ciclo e aos jovens do Ensino Secundário, promovendo também a experimentação de outros desportos náuticos, reforçando o desenvolvimento da oferta desportiva no estuário do nosso Rio Tejo.

**10.** Dotar as escolas de um programa educativo a introduzir no 1º ciclo do ensino básico que promova a aprendizagem, de forma correta e segura, das normas de segurança e da responsabilidade cívica associada, em articulação com as Juntas de Freguesia. Objetivo: 100% das crianças que terminam o 1º ciclo abrangidas com esta formação no final do mandato.

**11.** Reforçar o investimento no alargamento do Programa Nacional de Expressão e Educação Físico-Motora destinado ao 1º Ciclo do Ensino Básico, a todos os Agrupamentos de Escolas. O Município garante o apoio de forma totalmente gratuita às crianças, nos seguintes três Blocos deste programa: Natação, Jogos, e Atividades Rítmicas e Expressivas, acompanhando o calendário escolar.

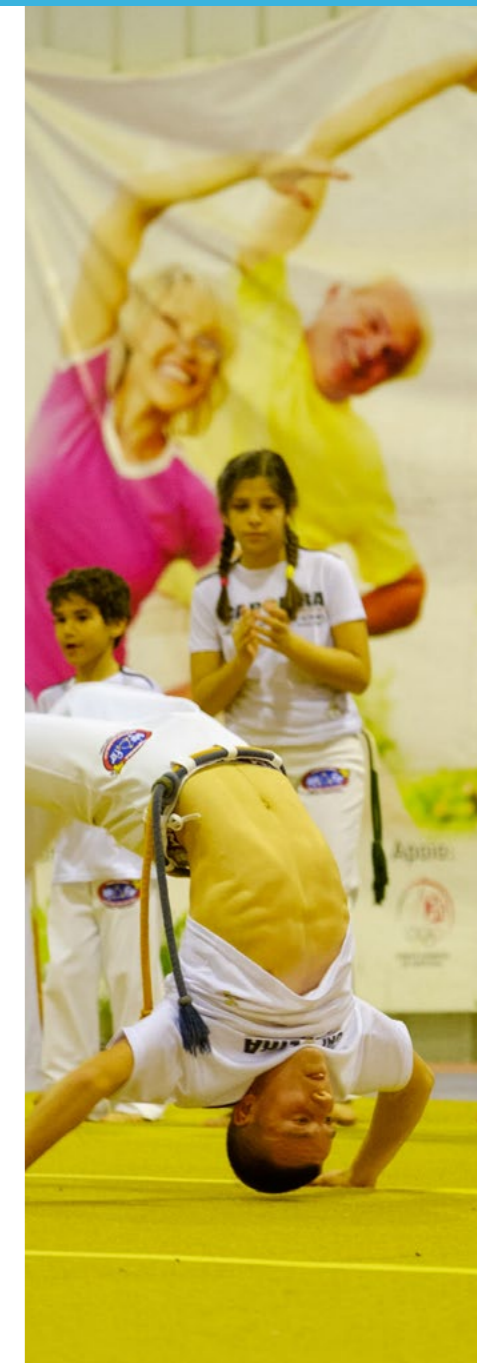
**12.** Promover o desporto inclusivo através de: I) apoio a projetos, em parceria com entidades de desporto federado, adaptados para pessoas portadoras de deficiência; II) eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas no acesso aos equipamentos desportivos municipais; III) desenvolvimento de programas municipais inclusivos, com transporte adaptado e eventos acessíveis a todos; IV) um programa diversificado de atividades físicas para idosos, participado pela autarquia e em cooperação com as Juntas de Freguesia.

**13.** Valorizar o programa “Desporto Mexe Comigo”, que visa o desenvolvimento de programas desportivos direcionados para o combate à exclusão social. O seu primeiro objetivo é a inclusão social da população infanto-juvenil considerada em risco, mas também a integração social de comunidades estrangeiras, pelo acesso à atividade desportiva regular, dos residentes nos bairros mais carenciados da cidade. É um programa que se desenvolve em rede, com o envolvimento das entidades e parceiros locais.

**14.** Promover o “cluster” do Desporto, através de medidas de incentivo à inovação e conhecimento, aproveitando o potencial universitário e qualificado da cidade de Lisboa.

**15.** Continuar o apoio ao Associativismo Desportivo, nomeadamente a atividade desportiva regular e as iniciativas dos clubes desportivos, associações, federações e grupos informais.

**16.** Continuar a apoiar os grandes eventos internacionais que Lisboa acolhe, como o Volvo Ocean Race, a Maratona de Lisboa, ou a Tall Ships Race, e continuar a trabalhar em parceria com as federações desportivas nacionais para atrair eventos de dimensão continental ou mundial que acresçam valor económico, social e desportivo, que sejam catalisadores de uma cultura desportiva multidisciplinar e gere uma dinâmica merecedora do envolvimento de toda a comunidade local.





# MELHOR SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA



Compete ao Município intervir para a promoção da saúde e para a adoção de estilos de vida mais saudáveis, em articulação com as autoridades de saúde e com a sociedade civil organizada.

Lisboa aprovou em 2015 o Perfil Municipal de Saúde, primeiro passo para a concretização de um Plano Municipal de Desenvolvimento da Saúde e Qualidade de Vida, cujo objetivo central é garantir melhor saúde para todos, com a participação de todos. Este documento identificou os fatores que determinam a

saúde e a doença da população, incluindo as principais vulnerabilidades.

Há que atuar a nível da prevenção, promovendo mudanças comportamentais e um ambiente urbano que as estimule. Mas é preciso também garantir a todos, em todas as idades, o acesso a cuidados de saúde de qualidade, nomeadamente ao nível dos cuidados primários e continuados, em que Lisboa tem enormes carências.





## Medidas:

1. Criar 14 novos Centros de Saúde em Lisboa (SNS Mais Próximo), concretizando o acordo entre a ARSLVT e o Município, com vista à construção e requalificação global de 14 Equipamentos de Cuidados de Saúde Primários do Concelho de Lisboa até ao ano 2020, beneficiando mais de 305 mil utentes.
2. Defender junto do Governo o aumento substancial da Rede de Cuidados Continuados Integrados, em pelo menos 650 lugares, em especial ao nível das Unidades de Longa Duração e Manutenção, em que Lisboa é extremamente deficitária.
3. Acompanhar a construção do novo Hospital de Lisboa Oriental, assegurando junto do Governo toda a informação necessária para a avaliação do seu previsível impacto na rede hospitalar existente.
4. Participação ativa do Município, com debate público aberto a todos os cidadãos, na definição estratégica do futuro da rede hospitalar de Lisboa por forma a promover uma rede de cuidados de saúde integrada e abrangente, procurando dar nova vida aos equipamentos mais antigos, com novas valências de saúde à luz das necessidades da população, em especial da mais envelhecida de Lisboa, e salvaguardando o interesse público em quaisquer reconversões urbanísticas, nomeadamente na Colina de Santana.
5. Apoiar o IPO na concretização do projeto de expansão e modernização das suas instalações, em particular no reforço da capacidade de ambulatório, no seguimento de Protocolo assinado.
6. Defesa do “cluster” da Saúde em Lisboa, tirando partido das sinergias de proximidade e excelência dos equipamentos de saúde, das universidades e dos centros de investigação sediados em Lisboa e contribuindo para a atração crescente de talento internacional.

7. Concluir e Implementar o Plano de Desenvolvimento de Saúde e Qualidade de Vida da Cidade de Lisboa, enquanto instrumento de definição e execução de políticas, projetos e ações relacionadas com a promoção da saúde, a melhoria da qualidade de vida urbana e a prevenção das doenças na cidade de Lisboa, incluindo um plano de ação para a promoção do acesso a cuidados e equipamentos de saúde, com uma atenção especial aos serviços de saúde mental.
8. Fomentar o programa “Saúde Porta a Porta”, de colaboração entre a rede hospitalar, o Município e diversas Juntas de Freguesia, com vista a dar apoio domiciliário a idosos carenciados e garantindo o seu acesso a cuidados de saúde adequados.
9. Desenvolver o Programa Municipal de Intervenção na área dos Comportamentos Aditivos e Dependências, que já dispõe de um autocarro informativo com equipamento de “drug check-in” para utilização em contexto recreativo, com vista à prevenção e redução de riscos junto da população jovem.
10. Abertura do espaço “Porta Aberta”, para reforço da empregabilidade dos públicos mais vulneráveis da cidade, prevenindo e reduzindo os riscos de recaída em comportamentos aditivos.
11. Abertura de uma “WetHouse”, para tratamento e diminuição progressiva do consumo de álcool de forma acompanhada.
12. Desenvolver medidas de combate à obesidade infantil.





# EIXO III

**DAR FORÇA À  
ECONOMIA**





# MAIS SERVIÇOS QUALIFICADOS, MAIS EMPREGOS



Lisboa é o grande centro produtor de serviços qualificados do país e bate-se hoje para se afirmar como uma localização de referência internacional. Nos últimos anos são vários os casos de empresas globais que escolhem Lisboa para instalar os seus Centros de serviços e Centros de competências (como por exemplo o recente Centro Digital da Mercedes Benz) e são várias as empresas nacionais que têm vindo a reforçar as suas operações na cidade.

Prosseguir este caminho - fazer de Lisboa um grande centro produtor de serviços qualificados a nível internacional - é essencial para que os jovens que a cidade e o país

estão a formar tenham aqui oportunidades de emprego e de vida.

Isto implica fazer uso pleno dos ativos de que dispomos: jovens e trabalhadores altamente qualificados, boas acessibilidades aos grandes mercados, crescente inserção da cidade nas redes de inovação, conhecimento e valor internacionais. E exige vencer os desafios com que nos confrontamos, nomeadamente a ampliação da área dedicada a escritórios de qualidade, aproveitando as oportunidades que surgem da deslocalização de serviços no espaço europeu e dos movimentos de expansões com origem na Ásia.





## Medidas:

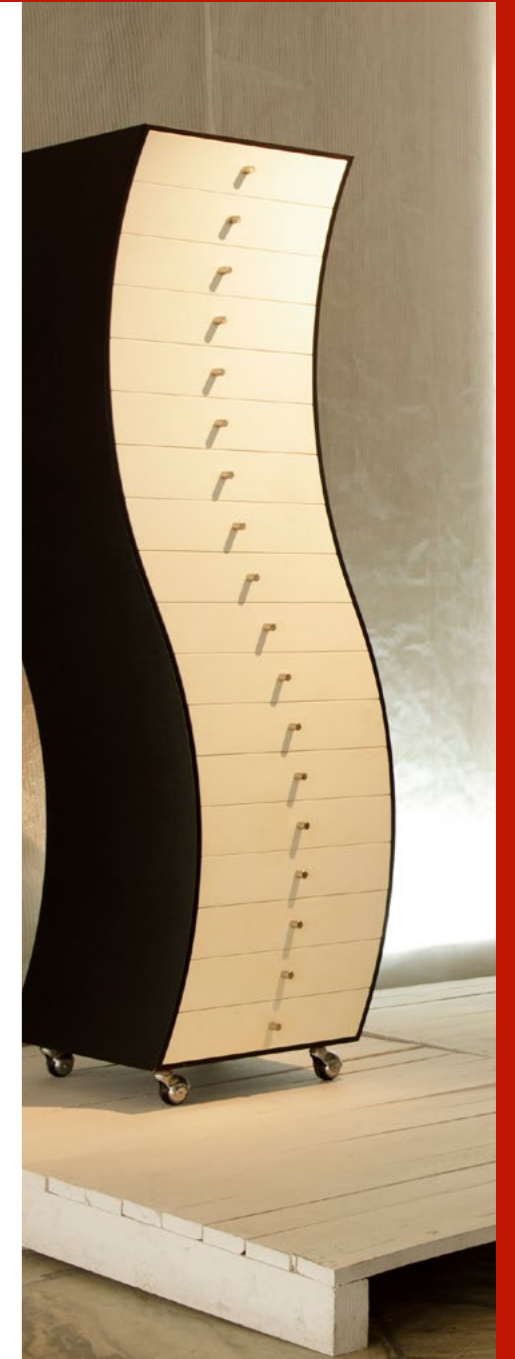


1. Promover intervenções integradas que permitam **aumentar com rapidez a oferta de espaços de escritórios de qualidade**, em particular nos eixos de I) Entrecampos, Av. de Berna, Praça de Espanha, Av. José Malhoa, Amoreiras; II) 24 de Julho, Alcântara, III) Alta de Lisboa, IV) Lispolis/IAPMEI, V) Beato.
2. Criar uma equipa de projeto específica e dedicada para o **licenciamento célere dos projetos de escritórios**, reduzindo a incerteza e reforçando a confiança dos agentes promotores desta oferta.
3. Constituir uma Comissão Estratégica para **apoiar a atração de escritórios e serviços partilhados de grandes empresas nacionais e internacionais**.
4. Apoiar a **captação de investimentos e fixação de empresas que criem emprego e riqueza e que sejam capazes de atrair e reter o talento produzido na cidade**.
5. **Desenvolver a ligação com a Invest Lisboa** como entidade parceira na promoção internacional de Lisboa, no apoio aos investidores e empresas que se querem instalar na cidade e na conceção e desenvolvimento de projetos de dinamização económica.
6. **Reforçar parcerias, acordos de comércio e investimento e presença em redes e programas internacionais** (exemplos: parceria com o IAPMEI, Comissão Europeia e Comité das Regiões; projeto ePlus, projeto Sharing Cities, projeto 100 resilient Cities, projeto speed-Up, programa Eurocidades, projeto Leading Cities, programa Urban Land Institute - ULI, programa Smart Cities Forum e programa The Indus Entrepreneurs).

7. **Organizar anualmente uma grande conferência internacional sobre a Economia da Cidade e da Região**, procurando refletir sobre o seu estado, a sua competitividade, envolvendo os principais agentes dinamizadores e parceiros dos vários sectores de atividade, as universidades e os media.

8. **Consolidar e divulgar a iniciativa LIFT - LISBON INITIATIVE FOR THE FUTURE** nomeadamente através I) **da expansão da parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian** no que respeita à iniciativa de cooperação no Arco Metropolitano de Lisboa; II) **da promoção de uma plataforma de cooperação regional**, com forte presença de atores internacionais, orientada para a atração e consolidação de empresas, centros de investigação e centros de competência que enriqueçam a “carteira” de atividades exportadoras e internacionalizadas do **Arco Metropolitano de Lisboa** e que contribuam para a criação de empregos com elevada qualificação; III) **da identificação de grandes desafios e oportunidades**, através da realização de workshops ou outros mecanismos, e do **desenho de projetos e programas concretos a implementar no Arco Metropolitano de Lisboa** que envolvam operadores globais, empresas portuguesas, startups e centros de conhecimento.

9. **Definir e desenvolver estratégias para sectores de franco crescimento e potencial económico em Lisboa**, criando metodologias de avaliação da concentração de recursos e de financiamento, que inclui indicadores e o mapeamento dos seus principais atores, e aprofundar a estratégia desenvolvida no campo da robótica, do mar e da saúde e bem-estar.





# MAIS EMPREENDEDORES, MAIS ATITUDE EMPREENDEDORA



Atendendo ao seu quadro político e social, ao acesso estratégico aos mercados internacionais, à qualificação e talento dos jovens e trabalhadores, à capacidade e internalização do sistema científico e universitário, à qualidade de vida e modernas infraestruturas, Lisboa tem hoje as condições para se tornar um HUB internacional para a criação e atração de startups e empreendedores.

A atratividade de Lisboa é também resultado de uma estratégia global e federadora de múltiplos atores que têm vindo a colocar a cidade numa trajetória de crescimento e inovação sem paralelo na sua história recente. Iremos continuar a aposta no empreendedorismo e nas novas indústrias do futuro, reter e atrair talento, criar novas oportunidades e reforçar medidas de incentivo e promoção das nossas startups, empresas e empreendedores.





## Medidas:

**1. Posicionar e promover Lisboa como uma Startup City a uma escala internacional**, designadamente através do aumento da promoção internacional da economia e do empreendedorismo de Lisboa e do apoio a eventos e programas internacionais, permitindo reforçar o posicionamento da cidade no ranking Startup Genome.

**2. Desenvolver o Hub Criativo do Beato** como o maior Hub a nível europeu para a instalação de empreendedores, indústrias criativas e empresas multinacionais. Este espaço deverá permitir dar resposta à crescente procura e colocar Lisboa como uma das cidades europeias mais bem preparadas para os desafios da nova economia.

**3. Reforçar a parceria estratégica com a Web Summit**, garantindo a continuação da realização em Lisboa do mais importante evento europeu de Tecnologias Web e Digital, e tornar estruturais os efeitos do evento.

**4. Continuar a estratégia de federação, participação e articulação do ecossistema empreendedor da cidade** utilizando a plataforma Made of Lisboa e criar um conselho composto pelos agentes certificados do ecossistema para definir estratégias e medidas de promoção e dinamização do ecossistema Made of Lisboa.

**5. Prosseguir e desenvolver o apoio às startups** através de medidas como: I) desenvolver o Balcão Iniciativa Lisboa para uma melhor resposta aos empreendedores e empresas; II) criar um portal sobre financiamento e acesso a capital, que inclua um ranking de investidores e um fórum de partilha sobre operações já concretizadas; III) desenvolver programas de empreendedorismo para utilização de espaços não utilizados que permitam testar os produtos no mercado (ex. bancas de jornais); IV) continuação e reforço dos programas de iniciativas municipais como a **Semana do Empreendedorismo de Lisboa**, **Lisboa Empreende**, a plataforma de crowdfunding **BoaBoa**; V) estimular **parcerias estratégicas** para a promoção do ecossistema empreendedor da cidade, como programas de aceleração ou programas de atração de investidores internacionais.

**6. Promover e apoiar a internacionalização das startups** através da **cooperação com outras cidades nos domínios da economia e inovação**, à semelhança dos protocolos já realizados com Amesterdão e Tel-Aviv, criando-se condições para que startups de Lisboa consigam expandir-se para novos mercados que são referências no contexto global e da realização de roadshows para outros ecossistemas da Europa, EUA, entre outros.

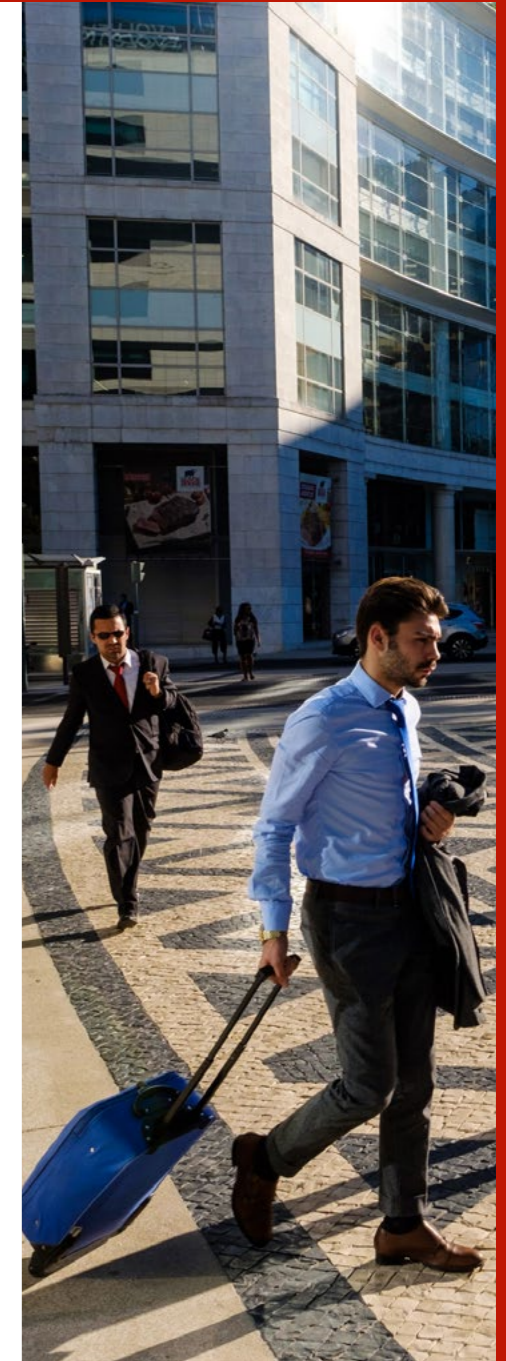
**7. Fomentar a educação e cultura para o empreendedorismo no ambiente universitário**, designadamente através da promoção de encontros entre as várias universidades e entre as universidades e as startups para fomentar a complementaridade de competências e nascimento de novas iniciativas.

**8. Apostar em programas de capacitação dos jovens** como o “Young Creators – Tecnologia Criativa para Jovens” (que capacita jovens, entre os 16 e os 25 anos, com conhecimentos necessários em tecnologias emergentes, como a fabricação digital, eletrónica e programação), a “Maker Faire” ou o lançamento de um **programa educativo nas escolas** com palestras, apresentações de empreendedores e visitas de estudo às incubadoras por parte de professores e alunos.

**9. Redinamizar o microcrédito para dar resposta ao desemprego estrutural** através do programa “Lisboa Empreende”, um programa municipal que ganhou em 2015 o Grande Prémio do Júri dos prémios de promoção empresarial da Comissão Europeia.

**10. Criar a Startup Lisboa food & beverage** dedicada às startups ligadas ao sector de alimentação e bebidas e **uma Incubadora na área da gastronomia**, potenciando a qualidade da restauração portuguesa e Lisboaeta e funcionando como alavanca para novos negócios e para a inovação neste sector.

**11. Melhorar e alargar o projeto “Lisboa em Números”** à área das criativas de Lisboa, criando novos instrumentos de compreensão sobre este sector em crescimento na cidade e **criar uma unidade de avaliação de impacto** de programas e medidas, que faça igualmente a análise regular de indicadores económicos e sociais sobre a cidade, com os recursos que a Câmara Municipal de Lisboa já dispõe.





# FOMENTAR O TALENTO



Lisboa é a maior cidade universitária do país, tendo a maior concentração de pessoas qualificadas do País. Deve, por isso, assumir-se como um verdadeiro centro de criação de conhecimento, transmissão de saber e prática de investigação.

Com este grande objetivo, e reforçando um caminho que se já se iniciou e que se tem revelado muito profícuo, é fundamental aprofundar o relacionamento entre as Universidades e a cidade para produzir, atrair e reter talento.

## Medidas:



1. Criar um fundo de 5 milhões de euros para, em cooperação com as universidades, desenvolver programas de investigação, apoiar bolsas de doutoramento, promover jovens cientistas e investigadores, atrair cientistas de topo, melhorar os métodos de ensino e os currículos, e garantir o desenvolvimento de redes internacionais.
2. Expandir o projeto "Study in Lisbon" promovendo a atração de estudantes e investigadores estrangeiros através I) de novas parcerias e contratos estratégicos com cada uma das instituições de ensino superior; II) da continuação da estratégia de promoção do programa como grande evento anual de receção aos estudantes estrangeiros, com a dinamização do portal "Study in Lisbon" e com a expansão dos serviços disponibilizados no "Study Lounge" (espaço de receção e informação aos estudantes, incluindo um posto de atendimento do SEF); III) do reforço da articulação com projetos nacionais como o "Study in Portugal"; e IV) da instalação na cidade de um centro de línguas e cultura estrangeira que venha a ser criado por instituições do ensino superior.
3. Lançar uma estratégia municipal de **colaboração entre o Município e os estabelecimentos de ensino e centros de investigação** para cumprir o designio da "cidade da inovação e do conhecimento".
4. Disseminar o conhecimento produzido pelas **universidades** para utilização pela população em geral (ex. patentes).
5. Criar **incentivos para a atração de jovens para o centro da cidade** e reforçar a rede de residências para estudantes universitários.
6. Implementar o **Dia do Estudante e Investigador Universitário de Lisboa**.
7. Apoiar a **modernização e ordenamento da cidade universitária e do campus da Ajuda**, com a instalação de residências e espaços para atividades complementares e melhoramento das acessibilidades.
8. Apoiar a **expansão do Campus de Campolide da Universidade Nova** e consolidação do polo **campus de Santana**.
9. Apoiar o **alargamento do Campus da Universidade Católica**.



# CIDADE INTELIGENTE



Nos últimos anos, a informação disponível sobre o funcionamento das cidades aumentou de forma exponencial. Essa informação surge de várias fontes, em vários formatos e pode originar, caso seja bem utilizada, melhorias muito significativas na qualidade de vida dos cidadãos.

Lisboa adoptou uma **política de Dados Abertos** para partilhar a informação recolhida com agentes económicos, instituições do ensino superior e centros de investigação multiplicando as oportunidades que essa informação proporciona.

Estamos hoje integrados em consórcios internacionais com algumas das maiores cidades europeias, como Londres e Milão com o Sharing Cities, onde testamos soluções tecnológicas em áreas como o estacionamento,

a iluminação pública ou a eficiência energética na construção.

Foi criado o Smart Open Lisboa, um concurso de ideias internacional, onde inovadores de todo o mundo são desafiados a usar os dados abertos da cidade para encontrarem soluções e experimentá-las em testes reais, transformando Lisboa num laboratório vivo.

Nos próximos anos, vamos continuar o trabalho de sensorização da cidade, aumentando a informação disponível, e implementar o **Centro Operacional Integrado (COI)** – uma plataforma integradora da informação dos vários sistemas de gestão da cidade, em áreas tão variadas como a mobilidade, a proteção civil, a polícia municipal, a iluminação pública e a higiene urbana, que permitirá ganhos na qualidade de vida e reforçará a resiliência da cidade.

## Medidas:



**1. Promover Lisboa como um grande laboratório de inovação aberta** e espaço de participação através I) da atribuição de uma **nova escala e ambição ao programa Smart Open Lisboa** – a cidade como um laboratório de novos conceitos, ideias, experiências e negócios; II) da **consolidação do portal de Dados Abertos**, onde é disponibilizada toda a informação pública produzida sobre a cidade incentivando a utilização e partilha de dados, estimulando projetos inovadores; III) da **ampliação da rede de parceiros** no portal de Dados Abertos e da disponibilização de um conjunto de dados maior e mais abrangente; IV) do **aumento progressivo da qualidade dos dados abertos** sobre a cidade de Lisboa, permitindo a geração de novas ideias, o desenvolvimento de aplicações, novos produtos e serviços e novas empresas.

**2. Implementar o Centro Operacional Integrado (COI)**, integrar mais entidades e diversificar as fontes de dados, permitindo uma tomada de decisão cada vez mais fundamentada.

**3. Lançar o concurso para a rede Wi-fi da cidade.**

**4. Aplicar em projetos de larga escala as soluções do Projeto Sharing Cities.**



# APOSTAR NO COMÉRCIO DE PROXIMIDADE



O comércio é uma atividade económica fundamental para a cidade. O comércio, em particular o comércio de rua, enfrenta diversos desafios, porque se alteraram as exigências dos consumidores, os ritmos, estilos e hábitos de vida. A modernização e a adaptação a esta nova realidade são fundamentais, não só repensando os espaços e conceitos, como adotando novas técnicas de gestão e vendas, merchandising e novas tecnologias.

A CML deve contribuir para **um comércio local, tradicional e inovador, como marca identitária e diferenciadora da capital.** O comércio de rua é elemento central na estratégia de valorização do espaço público, com novas praças e novas centralidades locais. Paralelamente, deve promover **os Mercados de Lisboa como espaços de comércio de qualidade, mas também património histórico e cultural da cidade.** Estes espaços comerciais contribuem para a economia local, para a coesão social e para a valorização dos bairros e das suas populações.





## Medidas:



**1. Promover a revitalização do comércio tradicional**, facilitando a instalação de novos estabelecimentos de comércio tradicional nos Bairros da cidade através de programas de promoção de ocupação de espaços vazios, tais como o **Programa “Loja no Bairro”** que disponibiliza espaços municipais não habitacionais para comércio de proximidade ou empreendedorismo local.

**2. Identificar artérias comerciais** a revitalizar e desenvolver programas de valorização do espaço público e comercial que permitam a sua recuperação económica e do tecido comercial.

**3. Continuar a forte aposta nos mercados municipais através de implementação do Plano Municipal de Mercados** e da estratégia de **devolver a centralidade aos mercados**, como polos centrais e dinamizadores da vida dos bairros - polos económicos, recreativos e culturais, em complemento à sua tradicional vocação

**4. Investir na requalificação dos mercados através I) de grandes requalificações dos mercados de Benfica e Olivais e da 2ª fase de requalificação do Mercado Alvalade Norte; II) da conclusão das obras nos Mercados de Alvalade Sul (mercado jardim), de Arroios (estufa de hidroponia na cobertura), de São Domingos de Benfica (mercado da inovação), do 31 de Janeiro (instalação de uma nova loja do cidadão), dos Sapadores (instalação de Unidade de Saúde familiar) e do Mercado da Ribeira (zona tradicional).**

**5. Desenvolver programas e iniciativas de dinamização dos mercados** como I) **um programa de entrega ao domicílio nos mercados municipais e formação aos comerciantes**; II) um novo regulamento de mercados que permita **ilhas de venda ocasionais nos mercados** e potencie novos negócios e futuros ocupantes permanentes dos mercados; III) estabelecer uma parceria com a Direção Geral de Saúde e promover a associação dos **programas escolares de alimentação saudável com os mercados**, procurando que as sopas servidas nas escolas sejam fornecidas pelos comerciantes dos mercados de Lisboa, como é exemplo o Mercado do Lumiar, mercado biológico em parceria com a Agrobio; IV) promover a **iniciativa “Mercado dos Mercados”** - uma feira alimentar de rua onde todos os comerciantes vêm de mercados de Lisboa; V) **publicitar os vários mercados e comerciantes da cidade**; VI) procurar aprofundar a relação com o MARL e estudar, em conjunto, a **reconversão de um mercado em grossista de proximidade** para alargar a confiança e os horários dos mercados de Lisboa.

**6. Estabelecer parcerias com as Associações Comerciais de Lisboa** para implementar programas que promovam a qualificação do espaço público, a realização de eventos destinados à promoção do comércio local e a sensibilização dos habitantes e consumidores para as questões da noite e da higiene urbana.

**7. Consolidar o programa “Lojas com História”** através I) da promoção e comunicação do programa e da criação de uma marca ativa e identitária, nomeadamente com a colocação de insígnias e de iniciativas que aumentem a visibilidade das lojas distinguidas; II) do incentivo à conservação e valorização do património das lojas distinguidas; III) do fundo municipal de apoio às lojas distinguidas; e IV) dos programas de formação, capacitação e apoio ao comércio.

**8. Desenvolver o programa “Academia do Comércio”** através I) do apoio a empresários e empreendedores do comércio e da partilha de ferramentas e metodologias inovadoras, recorrendo a workshops, sessões de capacitação, consultórios personalizados criação de redes de cooperação e partilha de conhecimentos; II) da requalificação de espaços comerciais existentes e com necessidades de adequação aos novos padrões e necessidades de consumo.

**9. Requalificar a Feira do Relógio e a Feira da Ladra**, seguindo os princípios da requalificação da Feira das Galinheiras e apostar no reforço de **Programação Cultural associado às Feiras da cidade** ou nos espaços tradicionalmente ocupados pelas Feiras.





# TURISMO SUSTENTÁVEL



Lisboa é hoje uma cidade diferente, em boa parte, graças ao aumento do número de visitantes que escolhem a nossa cidade para férias, para participar em congressos ou grandes eventos internacionais.

O turismo é uma atividade económica com uma grande capacidade de **gerar emprego, investimento e modernização da cidade**, sendo hoje responsável por mais de 80 mil empregos, só na cidade de Lisboa, e por um movimento económico superior a 6.300 milhões de euros.

Estes números contrariam, de forma clara, quem assegurava que a Taxa Turística iria matar a “galinha dos ovos de ouro” da cidade.

Não só a criação desta taxa não levou à diminuição do número de turistas, como tem permitido financiar a recuperação do património cultural e histórico da cidade, reforçando o carácter único de Lisboa. É por isto que queremos continuar a aposta no Turismo, de forma **sustentável**, para criar empregos e melhorar o bem-estar dos que vivem e trabalham em Lisboa. O Turismo é uma forte alavanca económica mas temos que ter em mente todas as questões que estão a surgir e que têm impacto na vivência da cidade, tais como a pressão sobre a limpeza urbana, os transportes e os preços da habitação.

## Medidas:

1. Assegurar junto do Governo a rápida concretização da **expansão da capacidade do aeroporto Humberto Delgado** e dos investimentos necessários na cidade à sustentabilidade do sistema de mobilidade (rede viária e extensão do Metro ao Aeroporto ao Campo Grande).
2. Criar **novos polos de atração** na cidade e definir novas centralidades para o turismo, promovendo a **distribuição dos fluxos turísticos e a dinamização económica noutras áreas da cidade**. Destacam-se o Eixo ribeirinho (a nascente e a poente), a Praça de Espanha, a Pontinha/Nova Feira Popular e o Paço do Lumiar.
3. Intensificar, através da ATL e da ERT, a estruturação e promoção de produtos de âmbito regional, nacional e internacional, que permitam **manter os fluxos turísticos e disseminá-los por outros territórios**.
4. Promover um programa de oferta de espaços municipais a entidades de outras zonas do país para a oferta de produtos regionais, em especial com origem em territórios de baixa densidade, como forma de enriquecer o produto turístico de Lisboa e apoiar a economia dos vários territórios.
5. Assegurar a **construção ou requalificação de equipamentos emblemáticos** como o Museu Judaico, a Estação Sul e Sueste (e zona envolvente para terminal marítimo turístico e zona de lazer), o remate do Palácio da Ajuda e a instalação da exposição permanente do Tesouro Real, o Pilar 7 e a sua ligação pedonal às Docas ou a reabilitação do Panorâmico de Monsanto.
6. Criar um sistema de monitorização de capacidade das infraestruturas da cidade, e de projeção dos investimentos a realizar tendo em vista a manutenção de elevados índices de qualidade de vida para todos. Proceder desde já ao **reforço dos investimentos em transportes e em higiene urbana nas freguesias de maior concentração carga turística**, tendo em vista a qualidade de vida dos residentes.
7. Continuar a implementação da estratégia de definição de zonas de circulação dos transportes turísticos na cidade de Lisboa, nomeadamente **tuk-tuk e autocarros**, procurando assim conciliar a atividade turística com o bem-estar dos residentes.





# EIXO IV

## AFIRMAR LISBOA COMO CIDADE GLOBAL





# CAPITAL EUROPEIA



Lisboa deve estar na primeira linha da reflexão, e da ação, nos grandes temas que se colocam às atuais gerações. Nos desafios de lutar por uma globalização justa e ambientalmente sustentável, de **construir uma União Europeia verdadeiramente democrática e social**, de encontrar soluções para a crise de direitos humanos que é emblemática pela tragédia dos refugiados, Lisboa tem de ter uma palavra a dizer — e pode constituir-se como uma cidade onde a Europa e o mundo vêm também tomar

palavra e resolução, não só ao nível das cimeiras de estados e de governos, mas do pensamento, das dinâmicas sociais e da cidadania. Lisboa já é uma cidade mundo, com um potencial de futuro amplamente reconhecido nas áreas do turismo, do lazer e da cultura: precisa também de se **afirmar mais nas áreas do pensamento, das propostas e das políticas para o futuro**.

Queremos transformar a Capital numa cidade de um cosmopolitismo inovador e solidário.

## Medidas:



**1.** Participar ativamente, e se necessário, tomar a iniciativa da criação de uma rede europeia das cidades que promovam a abertura na qual Lisboa tenha um papel preponderante, assumindo o municipalismo como parte estruturante do projeto europeu e que discuta globalmente e de forma contínua os grandes temas europeus como o papel das cidades no Combate às Alterações Climáticas, na Democracia Europeia, na Europa Social, na Europa Ecologista, na Europa das Liberdades e na Europa que acolhe.

**2.** Criar uma delegação de Lisboa junto da União Europeia para: I) o apoio a projetos de interesse para a cidade e de ligação com as suas comunidades académica, científica, artístico-cultural, associativa e empresarial; II) representar os diversos sectores da capital portuguesa, facilitando as ligações entre cidadãos e empresas lisboetas com as instituições europeias (nomeadamente no que respeita o acesso a financiamento da UE e à participação em redes europeias diversas, etc), explicar o valor da cidade de Lisboa aos principais formadores de opinião da UE e influenciar o desenvolvimento de políticas europeias relevantes para a nossa cidade. Esta delegação funcionará também em estreita coordenação com um gabinete de apoio às candidaturas a fundos europeus, sediado em Lisboa, e aberto a qualquer entidade que possa ser beneficiária destes financiamentos.

**3.** Tomar a dianteira no debate sobre o futuro das cidades no projeto europeu e na globalização, nomeadamente colocando na agenda a discussão das prioridades da década de 2020 para uma União Europeia democrática e social.



# CIDADE DE CULTURA E ABERTURA



Para uma cidade capital, a cultura e a abertura, são ao mesmo tempo grandes **marcas distintivas** e insubstituíveis **fatores de competitividade** e afirmação no mundo. É fundamental, por isso, consolidar e construir, em conjunto com as comunidades, **novas centralidades da Cultura** - uma Cultura que dá centros às periferias, sem se tornar secundária. Apostamos em **centros culturais de proximidade**, que sejam simultaneamente centros de cidadania, de conhecimento, de aprendizagem e de divulgação. Queremos **tornar a Cultura acessível ao maior número de pessoas**, através de equipamentos culturais integrados nas comunidades, como as Bibliotecas Municipais, e de projetos educativos ambiciosos e inovadores. Para tanto, investimos na articulação entre a câmara municipal, as freguesias e as entidades associativas, entre outras. Em tudo isto, é fundamental o trabalho desenvolvido por artistas, curadores, produtores e mediadores em geral, que queremos reforçar e valorizar.

**Afirmar a Cultura numa cidade global** significa assumir ativa e consequentemente uma política cultural de cidade. Para além dos meios, iniciativas e instrumentos próprios, há que identificar, com critério, e acolher, com abertura, iniciativas e projetos de mérito, **apoiando os diversos agentes culturais da cidade**. Há também que apostar nas redes colaborativas e nas parcerias que racionalizam recursos, potenciam sinergias e internacionalizam contatos e oportunidades.

**Lisboa é uma cidade aberta, acolhedora, tolerante**, uma cidade onde passado e presente se encontram e nesse encontro se constrói o futuro. Uma cidade que se fez e se faz de chegadas e partidas, que quer construir pontes e não muros. É uma cidade que estimula e reconhece como enriquecedores a convivência multicultural, o multilinguismo, a diversidade étnica e religiosa. É uma cidade que combate a xenofobia, a homofobia ou outros fundamentalismos discriminatórios, afirmando-se intolerante com as intolerâncias.





## Medidas:



- 1.** Conclusão das obras de reabilitação integral e reabertura do MUDE - Museu do Design e da Moda, Coleção Francisco Capelo.
- 2.** Reabilitação e renovação programática de vários núcleos do Museu de Lisboa (Palácio Pimenta, Pavilhão Preto, Torreão Poente do Terreiro do Paço, incluindo a criação de novos núcleos sobre a Lisboa Romana e sobre o património industrial na Manutenção Militar).
- 3.** Criação de um novo espaço para o Arquivo Municipal, que albergará o seu núcleo histórico, bem como outros núcleos dispersos na cidade.
- 4.** Consolidação da Rede de Bibliotecas de Lisboa, através da abertura da Biblioteca de Alcântara, do novo polo da Biblioteca da Penha de França e do reforço da programação e intervenção comunitária oferecida pela rede.
- 5.** Conclusão das obras e reabertura de dois novos teatros, o Teatro Variedades e o Teatro Luís de Camões.
- 6.** Requalificação de diversos equipamentos cedidos a artistas e entidades culturais, tais como os ateliês dos Coruchéus e os teatros concessionados (Cinearte, Comuna, Teatro Aberto, Meridional).
- 7.** Criar o Museu da Descoberta, como estrutura polinucleada na cidade que inclua alguns espaços/museus já existentes e outros a criar de novo, e que promova a reflexão sobre aquele período histórico nas suas múltiplas abordagens, de natureza económica, científica, cultural, nos seus aspetos mais e menos positivos, incluindo um núcleo dedicado à temática da escravatura.
- 8.** Criar o Museu Judaico de Lisboa, como testemunho da presença judaica na nossa identidade coletiva, mas também como sinal de tolerância e abertura no mundo de hoje.
- 9.** Requalificar o Pavilhão Azul, em Belém, para albergar a Coleção SILD, do artista Julião Sarmento.
- 10.** Consolidar o BAC (Banco de Arte Contemporânea) como espaço com condições adequadas para a guarda, o estudo, e a preservação de espólios de artistas contemporâneos.
- 11.** Reforçar a aposta na descentralização de atividades culturais do centro para outras zonas da cidade, não só para ir ao encontro da maioria dos lisboetas que não residem no centro histórico, mas também como forma de flexibilizar e diversificar fluxos turísticos.

- 12.** Reforçar a aposta na internacionalização, quer acolhendo em Lisboa eventos de qualidade de dimensão internacional como a ARCO Lisboa, quer promovendo o intercâmbio de artistas e de projetos, quer reforçando a presença da autarquia em fóruns e organizações internacionais, tais como a CGLU, UCCI, LIKE.
- 13.** Criar residências artísticas para artistas nacionais e internacionais, promovendo o encontro e partilha de experiências.
- 14.** Continuar o investimento na cultura, no património material e imaterial, na criatividade artística, de modo a fomentar o diálogo permanente entre passado, presente e futuro, bem como a criação e reinvenção da identidade coletiva e a construção dos sentidos de pertença.
- 15.** Implementar a Nova Feira Popular de Lisboa, em Carnide, integrada num parque verde, para famílias e aventureiros e para todos os estratos sociais.
- 16.** Dinamizar a Lisboa Film Commission através I) da integração do balcão "Filmar em Lisboa" nas instalações do ICA de forma a promover maiores sinergias; II) da promoção internacional da cidade de Lisboa e os seus fatores distintivos para filmar; da divulgação do novo guia de filmagens da cidade de Lisboa com recomendações a seguir durante a rodagem na cidade, com especial enfoque na minimização do impacto das filmagens na vida dos moradores e na atividade dos comerciantes; da maior desburocratização dos processos e da diminuição dos prazos de licenciamento para filmagens com pequenas equipas ou operadores individuais.
- 17.** Celebrar com projeção internacional em 2020 o centenário de nascimento de Amália Rodrigues.
- 18.** Comemorar os 500 anos de viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães (1519 a 1522).
- 19.** Continuar a promoção da arte urbana através da Galeria de Arte Urbana e da dinamização de iniciativas dos vários atores da cidade.
- 20.** Promover Lisboa como cidade tolerante através de ações de sensibilização junto da população em geral.
- 21.** Promover, apoiar e participar em programas/iniciativas de integração das comunidades imigrantes, refugiados e requerentes de asilo, minorias étnicas, culturais e religiosas.
- 22.** Prosseguir programas de formação de língua portuguesa para a melhor integração das comunidades imigrantes.





## Medidas:



**23.** Assumir e dar a conhecer a história da Escravatura na cidade de Lisboa.

**24.** Criação do Prémio Espinosa como forma de reconhecer os horrores da vida dos milhares de refugiados que, todos os anos, agravam a iniquidade dos nossos mapas geopolíticos, resgatando ao mesmo tempo para Portugal o património político e ético daquele filho de judeus da Vidigueira que no século XVII foram obrigados a procurar refúgio em Amesterdão.

**25.** Sinalização, em junho de 2020, dos 25 anos do assassinato de Alcindo Monteiro por parte de criminosos de extrema direita, um trágico marco que deve ser assinalado pela cidade como exemplo de todas as discriminações contra as quais a cidade deve lutar.

**26.** Promover o Diálogo Intercultural e Interreligioso através de: I) Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa, em vigor desde 2015 e elaborado no âmbito do Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania, para promover a cooperação entre os diversos níveis de Governo envolvidos no desenvolvimento de estratégias e medidas da integração de imigrantes; II) Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados na Cidade de Lisboa, que conta com um Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados, inaugurado em 2016, e que já acolheu até ao momento cerca de 120 refugiados em Lisboa; III) formação na língua portuguesa para refugiados e imigrantes; IV) investimento no roteiro da “DiverCidade”, que celebra anualmente algumas das expressões culturais que mostram a diversidade de pessoas que residem em Lisboa, como o Fórum Municipal da Interculturalidade, a Festa da Diversidade, o festival hindu Ratha-Yatra ou o aniversário de Buda (Vesak).

**27.** Continuar a promover e dinamizar o FESTIVAL TODOS.





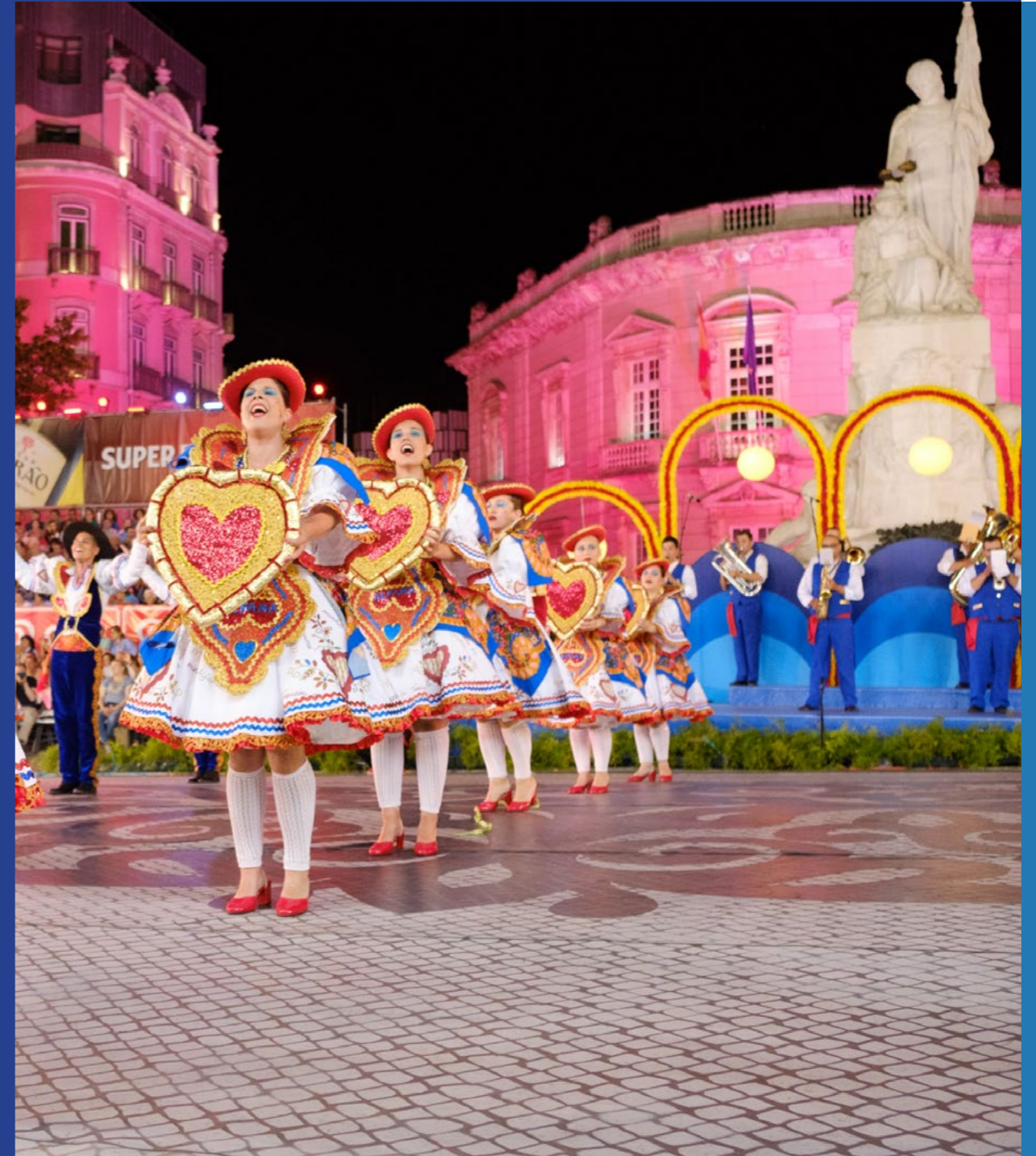
# CIDADE CRIATIVA



Queremos transformar Lisboa numas das cidades mais competitivas, inovadoras e criativas da Europa.

**As indústrias criativas são um dos clusters estratégicos onde Lisboa apresenta um elevado potencial de crescimento** e é possível posicioná-la como uma cidade criativa e internacional, crescimento que se fará pela conexão entre economia e cultura.

Temos criado espaços fundamentais para o desenvolvimento do ecossistema criativo da cidade, cada um deles com áreas de atuação e recursos especializados de acordo com as necessidades dos criativos da cidade. **Queremos alargar a rede de espaços para a criatividade e a experimentação**, potenciando o trabalho em rede e liderando uma estratégia de apoio ao movimento “maker”.



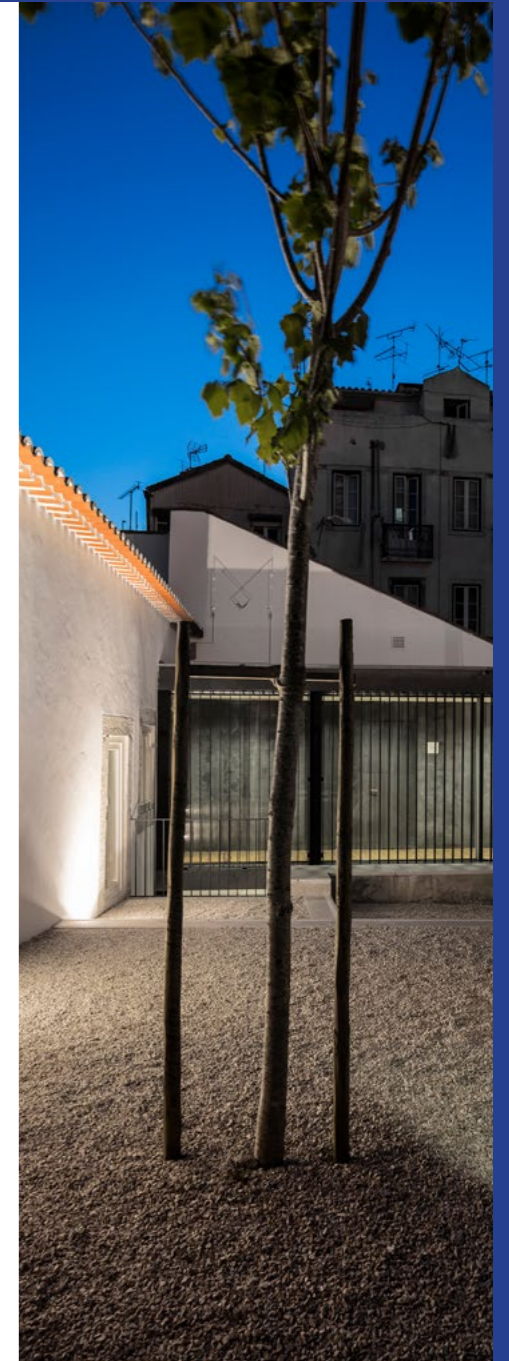


## Medidas:



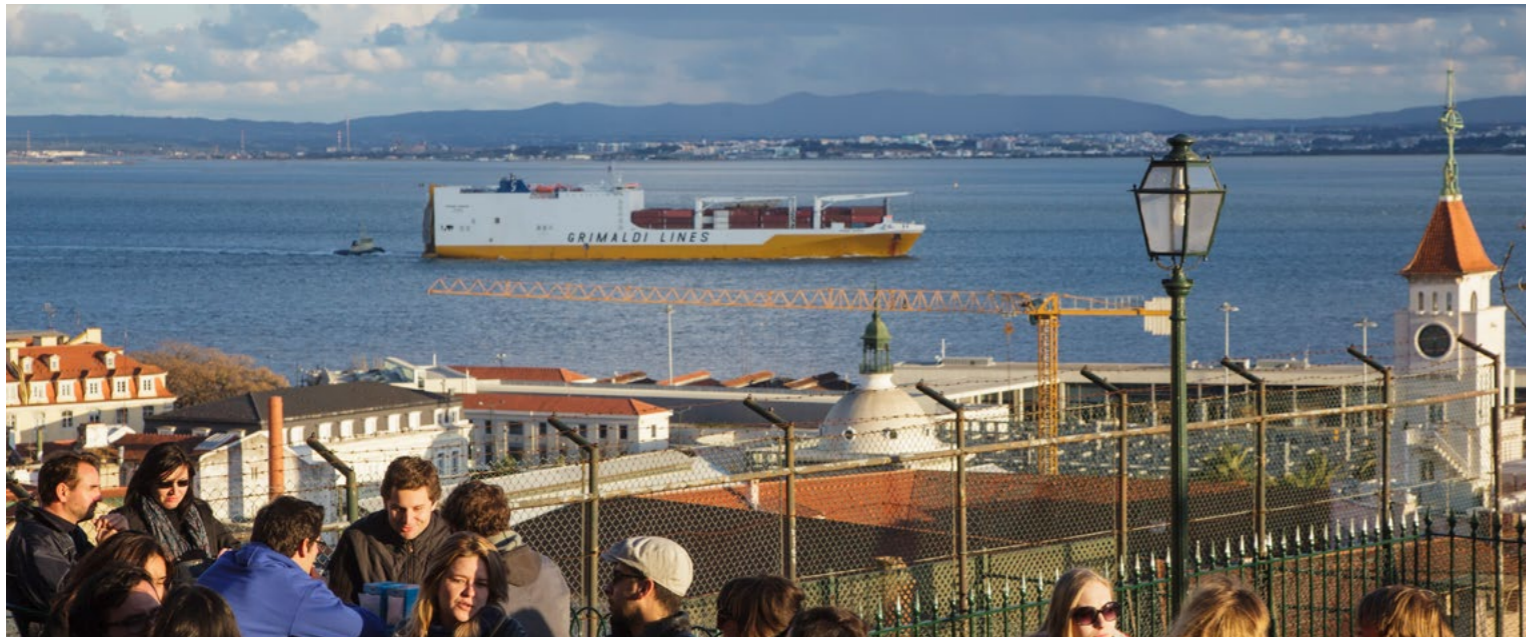
- 1.** Implementar a estratégia lançada para as Criativas de Lisboa integrando a Economia e a Cultura num esforço conjunto de criar políticas para as indústrias criativas.
- 2.** Criar uma equipa de projeto para as Criativas de Lisboa, que trabalhe as ligações com a cultura, empreendedorismo e espaço público.
- 3.** Promover e fixar criadores na cidade de Lisboa.
- 4.** Fomentar uma estratégia de trabalho em rede, com programas e serviços adaptados aos criativos, potenciando sinergias entre eventos e projetos, e criar uma rede informal de estruturas com o objetivo de promover formas de associação entre pessoas com atividade nos sectores cultural e criativo.
- 5.** Criar e alargar a rede de espaços de criação e incubação de projetos e produtos na área das Criativas Lisboa, designadamente através da criação de incentivos para a reabilitação de unidades industriais que permitam a utilização por parte de “makers”, tornando acessível a experimentação e a prototipagem de produtos.
- 6.** Conferir uma estratégia coerente dos vários espaços e equipamentos vocacionados para as Criativas Lisboa: CIM, Fablab Lisboa, Mercado de Santa Clara, Mercado do Bairro Alto e Polo das Gaivotas, incentivando as sinergias com as Oficinas da Câmara Municipal de Lisboa nos Olivais, a Lisboa Film Commission, a Incubadora de Artes de Carnide, o Mercado de São Domingos de Benfica e o Espaço Cowork de Benfica e reforçando as parcerias com a EGEAC, o MUDE, o Hub Criativo do Beato, a Moda Lisboa, o Clube Criativos de Portugal, a Trienal de Arquitetura de Lisboa e a Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.

- 7.** Conferir uma nova escala e âmbito de ação ao Centro de Inovação da Mouraria e dotar o FabLab de mais instrumentos e equipamentos que permitam a transformação de ideias em protótipos e novos produtos inovadores.
- 8.** Aposta na reabilitação da malha urbana degradada da cidade através de novos usos, com o intuito de satisfazer a procura por parte de jovens empreendedores criativos que as privilegiam como espaços de eleição para locais de trabalho.
- 9.** Implementar os projetos que servirão para reabilitar o mercado de Santa Clara e do Bairro Alto, como são o novo Showroom das Criativas e um novo espaço para Ofício Tradicionais.
- 10.** Promover a marca Criativas Lisboa.
- 11.** Criar uma plataforma para a comunidade dos criativos de Lisboa, dando visibilidade ao talento aqui existente e permitindo, não só a conexão entre eles, como a promoção do seu trabalho.
- 12.** Posicionar Lisboa no movimento “maker”.
- 13.** Reconhecer a comunidade de “makers” em Lisboa e integrar as suas necessidades no desígnio estratégico de apoio à inovação, empreendedorismo e criatividade de Lisboa.
- 14.** Promover o acesso de candidaturas ao programa europeu “Creative Europe”, informando o tecido criativo lisboeta da abertura dos concursos e apoiando os interessados a preencher os processos de candidatura.





# CAPITAL ATLÂNTICA



Portugal incorpora o Oceano Atlântico no seu espaço territorial conquistando uma centralidade e um posicionamento geoestratégico único que Lisboa traduz como Cidade Global.

Os oceanos são recursos naturais vitais cuja sustentabilidade nos compete, a todos, defender e garantir. Os Oceanos compreendem recursos soberanos, sócio-económicos, energéticos, de segurança, transportes e culturais, essenciais para o crescimento sustentável de Países e Continentes.

Numa visão de futuro, o desafio assumido pelo Município de **afirmar Lisboa como Capital Europeia do Atlântico**, parte da valorização do património identitário e edificado da Cidade, da centralidade e posição geoestratégica que deve ser reforçada na logística mundial e nas relações Inter - Continentais, assentando numa realidade incontornável da Região - os seus recursos naturais: os Estuários do Tejo e do Sado - e as Pessoas: recursos humanos altamente qualificados e especializados nos eixos estruturantes do Conhecimento e Economia do Mar.

## Medidas:

1. Implementar o projeto LISBON OCEAN INNOVATION CENTRE uma instituição de excelência no conhecimento do mar e um centro de tecnologia oceânica de referência em toda a Europa, através da criação em Lisboa, em cooperação com o Governo, de um Centro de Inovação e Tecnologia para os Oceanos que concretize a transformação do conhecimento, tecnologia e empreendedorismo nacionais em produtos e serviços inovadores e competitivos que acrescentem valor às indústrias marítimas tradicionais (e.g. portos, transporte marítimo, pescas, turismo) e emergentes (e.g. biotecnologia, aquacultura), contribuindo para que Portugal potencie os seus vastos recursos marítimos e assim se torne num ator chave na tendência global para o Crescimento Azul.
2. Atrair empreendedores, investigadores e engenheiros de excelência no domínio marítimo e apoiar as suas atividades com infraestruturas e serviços de topo (e.g. escritórios, laboratórios, oficinas, marketing, apoio jurídico, financeiros, análise prospetiva e acesso ao mar, em particular ao mar profundo) que aumentarão o seu potencial, a cooperação e competitividade.
3. Desenvolver produtos e serviços e apoiar o desenvolvimento de start-ups e empresas marítimas existentes, atraindo investimento estrangeiro, criando empregos diretos e indiretos e gerando desenvolvimento sustentável.
4. Promover a literacia oceânica, a educação ambiental para a preservação dos Oceanos, e a Robótica, através da celebração de um Protocolo com Ministério da Educação, Ministério da Ciência e Ministério do Mar, que permita o alargamento do projeto Clubes de Mar a todas as escolas da Cidade.
5. Criar o Portal "Cidadão do Mar" com a informação necessária e inovadora que uma Cidade Atlântica deve oferecer.
6. Definir um plano de ação Viver O RIO TEJO que harmonize o desenvolvimento das atividades desportivas e turísticas, tradicionais e emergentes, e que fomenta o acesso das populações ao Rio, a fruição paisagística do estuário, a promoção integrada de uma atividade marítimo-turística económica e ambientalmente sustentável, atrativas de empreendedorismo, projetando a região como um dos ativos naturais mais importantes no sudoeste europeu.
7. Melhorar os parâmetros de qualidade ambiental do Tejo, o estado de manutenção e o modelo de utilização das infraestruturas ribeirinhas, devem ser objeto de um projeto que una a Comunidade Estuarina da Região para que o Tejo assuma a sua centralidade e assim se cumpra como património Cultural, Ambiental e Económico desta Região e do País.





# CIDADE DO PATRIMÓNIO



O Comité do Património Mundial da UNESCO validou a candidatura de Lisboa à lista indicativa de Portugal a Património Mundial. A candidatura identifica o palimpsesto da cidade, reconhecível nas diferentes camadas territoriais e culturais de uma urbe em permanente transformação. Desta evolução, em constante adaptação a um relevo complexo e afeiçoando-se à pré-existência, resulta a Lisboa Histórica, singular entrelaçado de tecidos urbanos, testemunho de uma história milenar de intercâmbio de culturas, povos e religiões.

Abrange o território envolvido pela Cerca Fernandina, e ainda Santa Clara, São Vicente e Mouraria, incluindo assim os tecidos urbanos mais antigos da cidade, Bairro Alto e o Mocambo e a frente ribeirinha, de forte dinâmica, entre o Cais do Sodré e Santa Apolónia. Inclui ainda os principais miradouros

da cidade, que permitem uma sucessão de pontos de vista de elevada qualidade cénica. É uma candidatura abrangente e integrada, construída segundo a abordagem Paisagem Urbana Histórica, que se estende além da noção convencional de centro histórico e valoriza o contínuo histórico e espacial. Que inclui para além dos valores geográficos o ambiente tanto histórico como contemporâneo, todos os valores da estrutura urbana, mas ainda práticas e valores sociais e culturais, processos económicos e as dimensões intangíveis do património relacionado com a diversidade e identidade. A formalização da candidatura vai exigir um trabalho multidisciplinar, integrando competências de vários serviços municipais bem como o recurso a consultores externos para que seja atingido o sucesso.





# EIXO V

**GOVERNAÇÃO ABERTA,  
PARTICIPADA E  
DESCENTRALIZADA**





# LIDERAR PELO EXEMPLO



Lisboa aposta na função pública valorizando o trabalho e os trabalhadores em funções públicas e **estimulando as empresas e entidades do 3º sector** contratadas pelo Município, a valorizarem o trabalho e seus trabalhadores e a adotarem práticas **mais sustentáveis** económica, financeira, social e ambientalmente, e **mais cooperativas**, colaborativas e de trabalho em rede. Uma parte significativa da atividade de produção e serviços da cidade é desenvolvida sem levar suficientemente em conta critérios de sustentabilidade social e ambiental, permitindo práticas de “dumping social e ambiental”. Pelo que, no estrito respeito pelas regras da contratação pública e da racionalidade económica inerente à boa utilização dos dinheiros públicos, desenvolveremos uma

**política ativa que coloque o Município como agente económico de primeira linha.**

Os recursos públicos são um bem comum e escasso e a sua redistribuição deve ser transparente, equitativa e justa. A **contratação pública de bens, obras e serviços** pelo Município de Lisboa e pelo seu Universo Municipal é uma ferramenta-chave na distribuição de oportunidades.

Vamos utilizar de forma gradual, mas firme, todos os instrumentos legais em vigor e o novo Código da Contratação Pública para **promover um modelo socioeconómico justo social e ambientalmente**, trabalhando nas áreas de tributação, orçamentos e contratação pública, e vamos fazê-lo com o envolvimento e participação dos parceiros sociais.

## Medidas:



**1.** Criar o **Conselho Municipal da Contratação Pública**, com representantes dos sectores empresarial, 3º sector e sindical, órgão consultivo de apoio à construção e monitorização da uma **Estratégia Municipal de Contratação Pública** sustentável, económica, social e ambientalmente.

**2.** Explorar a introdução de **cláusulas sociais e ambientais na contratação pública**.

**3.** Criar um **Selo Municipal de Qualidade** para as empresas que são contratadas pelo Universo Municipal.

**4.** Elaborar o **guia da contratação pública municipal, económica, social e ambientalmente responsável e transparente**, seguindo a diretiva comunitária 2014/24/UE, cuja transposição já foi publicada.

**5.** Elaborar o **Plano de ação para o acesso das PME e do 3º sector à contratação pública municipal**, incentivando as PME e as entidades do 3º sector, importantes para o emprego local, a participar em processos de contratação pública municipal, dimensionando adequadamente a estrutura do objeto contratual, ajustando os lotes em termos sectoriais ou territoriais, inovando na objetivação de critérios económicos e adequando a ponderação dos critérios económicos e de solvência.

**6.** Criar uma **equipa municipal para implementação do selo de certificação de qualidade e boas práticas municipais**, para premiar as empresas e entidades do 3º sector socialmente responsáveis, que respondem aos critérios de exigência nas condições ambientais, de trabalho, igualdade de género e integração.



# TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS



Lisboa pratica uma **política de dados abertos**, no pressuposto de que a informação produzida pelos serviços, empresas do universo municipal e por outros atores, que exercem atividade na cidade e sobre ela produzem um manancial de informação relevante, deve ser disponibilizada, sempre que possível, de forma livre a todos os que dela necessitem, gerando transparência, envolvimento dos cidadãos, melhores serviços e desenvolvimento económico.

Em Lisboa é obrigatória a **apresentação anual de um Plano de Dados Abertos** (o primeiro é de 2017), que incluirá no futuro o balanço

das iniciativas de dados abertos do ano imediatamente anterior. Deverá também alargar-se a integração dos vários sistemas de informação municipal, sempre que possível partilhados com as freguesias e reforçar a **capacidade de monitorização municipal on-line** das realidades e suas dinâmicas, sobretudo num tempo de transformações tão rápidas como as que vêm ocorrendo em Lisboa. **Esta monitorização deve ser acessível aos cidadãos para aumentar o seu escrutínio sobre a atuação municipal e os efeitos das políticas levadas a cabo.**

## Medidas:

1. Reforçar a política de dados abertos da Cidade de Lisboa, nomeadamente, aumento dos parceiros e dos dados disponibilizados.
2. Disponibilizar informação sobre custos, transparente e territorializada.
3. Disponibilizar informação orçamental transparente e acessível.
4. Reforçar os mecanismos de controlo interno e de auditoria permanente da dívida, da despesa e da receita municipal.
5. Criar uma Plataforma única de comunicação bilateral entre a administração municipal e o cidadão ou as organizações.
6. Aprovar o Código de Conduta dos Eleitos e Dirigentes para o mandato.
7. Publicar os dados orçamentais, da receita e da despesa, de forma detalhada em formatos abertos, como elemento de transparência e responsabilidade para com os munícipes e desenvolver iniciativas de explicação do Orçamento para não especialistas, a fim de facilitar uma melhor análise e compreensão do orçamento municipal.
8. Implementar um sistema de gestão e avaliação de custos transparente e territorializado, um modelo de centros de apuramento, ferramenta essencial para a gestão, tomada de decisão e alinhamento entre a estratégia e a operacionalização, e elemento-chave para o cidadão comum conhecer de forma simples a aplicação dos recursos municipais, nomeadamente quais os serviços prestados e em que territórios são aplicados.
9. Integrar os vários sistemas de informação municipal, interativa e partilhada com as freguesias e a construção de uma base de dados dos valores das transações imobiliárias, com recurso a informação da autoridade tributária
10. Realizar Inquéritos periódicos que afirmem o índice de satisfação do munícipe com a cidade e os serviços municipais





# EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E PROFISSIONALISMO



Uma parte decisiva do sucesso da cidade de Lisboa nos mais diversos domínios resulta da qualidade e empenhamento dos trabalhadores do universo municipal. Uma das prioridades na gestão dos recursos humanos é a sua **capacitação e valorização**, bem como a garantia de uma **situação contratual estável**. A **inclusão da Carris no universo municipal**, o **reforço do número de efetivos da Polícia Municipal**, assumindo novas competências, e novas contratações para o **Regimento de Sapadores Bombeiros** e da **Higiene Urbana**, traduzem-se num esforço acrescido da cidade para melhor responder aos desafios que se lhe colocam, desde logo o de criar novas perspetivas de realização aos seus profissionais,

num quadro de expansão de atividade. O **Município deve melhorar a sua preparação** na gestão da mobilidade urbana integrada e metropolitana, no novo código da contratação pública, na descentralização de competências e nos desafios crescentes nas áreas da habitação e do turismo, mas também **na qualidade do emprego gerado pelo próprio Universo Municipal**, nomeadamente em aspetos como a formação, a progressão nas carreiras, a introdução de prémios e incentivos à eficiência e a criação de mecanismos para aumentar a participação dos trabalhadores, aprofundando **um modelo de gestão colaborativo**, inovador, eficiente e orientado para resultados.

## Medidas:



1. Criar um **ambiente de trabalho atrativo**, positivo e motivador, nomeadamente, assegurando condições de referência nas áreas da saúde, higiene e segurança, em todos os locais de trabalho do universo municipal.
2. **Valorizar o trabalho e os trabalhadores do universo municipal**, envolvendo-os no melhor funcionamento dos serviços, premiando o desempenho, reconhecendo as suas ideias e os seus contributos, motivando e promovendo a conciliação entre o trabalho e a vida privada e criando mecanismos de apoio ativo aos trabalhadores, com novos benefícios que apoiem o seu quotidiano.
3. Criar **unidades orgânicas responsáveis pela gestão dos processos, coordenação das relações com as Freguesias e com a área Metropolitana de Lisboa**.
4. Consolidar a política de **promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres** em todo o Universo Municipal.
5. Converter a participação numa realidade intrínseca a toda a atividade municipal, desenvolvendo um **plano municipal para a democracia ativa**, dando um carácter transversal e integrado às ações que promovam participação pública, a partir de qualquer área do Município.
6. Criação de um **Centro de Competências de formação autárquica e urbana comum** para os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, bem como para os trabalhadores das Juntas de Freguesia.
7. Melhorar a eficiência e eficácia na tomada de decisão **através da melhoria das ferramentas de gestão municipal** integrando a informação de gestão do Município e das suas empresas Municipais.
8. Incentivar a **participação dos trabalhadores da cidade** para ajudar a promover o intercâmbio, o conhecimento técnico e a troca de experiências, na conceção, implementação e avaliação dos serviços municipais e das políticas públicas.
9. Implementar o **Plano de Formação e Desenvolvimento Profissional**, ajustando o plano de gestão das pessoas, às novas linhas estratégicas e de ação do Município.
10. Criar o **Programa Lisboaeta** que permitirá a criação de uma **identificação única do munícipe** com os serviços municipais, permitindo uma maior apropriação na ligação com a cidade e uma maior integração das funcionalidades criadas nas diferentes plataformas da cidade. No futuro, com um único acesso será possível aceder a todos os serviços da EMEL, da Carris, do Metropolitano de Lisboa, das escolas, dos equipamentos municipais, das plataformas de interação com o Município.



# REFORMA ADMINISTRATIVA E DESCENTRALIZAÇÃO



Lisboa implementou a **Reforma Administrativa de Lisboa**, que reduziu as freguesias de 53 para 24, aumentando-lhes os recursos e as competências. Esta experiência deve prosseguir, com avaliação sistemática como até aqui, e com o **reforço da descentralização através de protocolos de delegação de competência** e à emissão de **guias para os municípios** saberem sempre exatamente de quem depende o quê em todas as áreas em que há competências partilhadas. Atenção especial deve ser dada à **formação e capacitação** de eleitos e quadros autárquicos do Município e das freguesias.

Lisboa deve apoiar o processo histórico de **descentralização da administração central** para os Municípios e para a área metropolitana e propor, se for caso disso, um quadro próprio ambicioso para o Município. É fundamental que a cidade esteja disponível para assumir novas responsabilidades, como já o fez com a Carris, desde que acompanhadas pelos recursos imprescindíveis. E que seja capaz de articular a nível metropolitano as políticas municipais de transportes, habitação e desenvolvimento económico da região.

## Medidas:



**1. Aprofundamento do processo da reforma administrativa de Lisboa nomeadamente nas seguintes áreas:**

- Na **área da habitação** entende-se como crescentemente relevante para uma atuação mais conjunta entre a CML e as Juntas de Freguesia na divulgação conjunta dos programas de Habitação e de Desenvolvimento Local e no apoio aos municípios nas candidaturas aos apoios e programas existentes nestas áreas, e em termos mais globais na procura de soluções habitacionais.
- Nas **áreas da ação social e comunitária** as capacidades de atuação das novas Juntas de Freguesia devem ser dimensões de governação urbana de proximidade por excelência.

**2. Definir Contratos de Delegações de Competências para as Freguesias** pelo período do mandato, com repartição de encargos para os vários anos.

**3. Reforçar o processo de reforma administrativa** através de regulamentação municipal, da redefinição de áreas e espaços estruturantes e da compensação às Freguesias que tenham sofrido com a transferência de equipamentos em mau estado de conservação ou que tenham aumentado significativamente as necessidades de trabalho, por exemplo no caso da higiene urbana e da pressão turística.

**4. Definição de métricas** que permitam melhorar execução de competências no Município ou nas freguesias.

**5. Maior auscultação da população local** no âmbito da descentralização de competências.



# PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



A gestão de uma cidade é cada vez mais complexa. São muitos os atores e múltiplas as interações entre as decisões e os seus efeitos. Quanto maior for a capacidade de partilhar informação, ouvir reclamações, delegar responsabilidades e co-decidir, mais progredimos no sentido de um poder local mais forte e legitimado e de uma cidadania mais ativa.

É por isso que defendemos, a todos os níveis do Governo da cidade, instâncias e processos participativos de **audição, discussão e co-decisão**, à escala do bairro, da freguesia ou da própria cidade. Um papel importante cabe à **Assembleia Municipal como órgão**

**deliberativo do Município**, em que as petições, os debates e a participação pública são um dos principais modos de alcançar resultados. Também as **reuniões públicas descentralizadas** se têm revelado uma boa instância de participação, sobretudo ao nível de bairro e freguesia. Os **movimentos de cidadãos** e as **associações de moradores** serão atores privilegiados no diálogo com a autarquia e na construção de soluções para a cidade e para os seus bairros. Ao Município caberá acolher, apoiar e promover as diversas formas de participação cidadã.

## Medidas:



1. Converter a participação numa realidade intrínseca a toda a atividade municipal, desenvolvendo um **plano municipal para a democracia ativa**, dando um carácter transversal e integrado às ações que promovam participação pública, a partir de qualquer área, e desenvolver protocolos, ferramentas, recursos, mudanças organizacionais e formativas, para que os trabalhadores do Município se encontrem capacitados para apoiar qualquer processo participativo.
2. Rever a experiência do Orçamento Participativo nomeadamente fase de execução dos projetos aprovados, e experimentando **novas abordagens territoriais e temáticas**.
3. Prosseguir e alargar a experiência do **Programa BIP-ZIP**, destinado a dinamizar projetos de melhoria dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária.
4. Dar a devida relevância aos **Conselhos Municipais** existentes ou a criar, por forma a garantir canais de comunicação e co-decisão permanentes entre a autarquia e os mais diversos sectores da sociedade civil.



